

André Moutinho Costa

**Auto-conceito e Auto-eficácia em crianças/jovens  
Institucionalizados**

Mestrado em Psicologia Jurídica

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Porto, 2012



André Moutinho Costa

**Auto-conceito e Auto-eficácia em crianças/jovens  
Institucionalizados**

Mestrado em Psicologia Jurídica

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Porto, 2012

André Moutinho Costa

**Auto-conceito e Auto-eficácia em crianças/jovens  
Institucionalizados**

---

(André Moutinho Costa)

Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a  
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica,  
sob orientação da Dr.<sup>a</sup> Ana Sacau.

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Porto, 2012

## Resumo

O presente estudo tem como objectivo geral analisar o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia em crianças e jovens que se encontram em ambiente institucional, uma vez que são constructos que desempenham um papel significativo na formação da personalidade dos indivíduos. Mais especificamente vai-se averiguar uma possível relação entre o auto-conceito e a auto-eficácia com a idade dos menores, assim como com o motivo de acolhimento institucional, e ainda o tempo de institucionalização e o facto de necessitarem ou não de apoio psicológico.

O instrumento utilizado para avaliar o auto-conceito foi a escala “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*” (PHCSCS-2) reduzida a 60 itens por Piers & Herzberg em 2002, com adaptação à população portuguesa por Feliciano Veiga em 2006; o instrumento para avaliar a auto-eficácia foi a escala “*Como eu sou*”, adaptada à população portuguesa por José Luís Pais Ribeiro em 1995, a partir do “*The Self-Efficacy Scale*” de Sherer, Maddux, Mercandante, Prentice-Dunn, Jacobs e Rogers (1982).

A amostra do estudo é constituída por 61 crianças e jovens que se encontram institucionalizados, todos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 9 e os 22 anos de idade, sendo a média de idades de 15 anos. Em média o tempo de institucionalização apresentado por estes menores é de 41 meses.

Os resultados obtidos revelaram que o nível de auto-conceito e de auto-eficácia percebido pelos menores institucionalizados encontra-se dentro dos parâmetros normais; verificam-se também a existência de correlações significativas, positivas e moderadas entre ambos os constructos e a idade dos menores, assim como com o tempo de institucionalização. Relativamente aos motivos de institucionalização constatou-se que apenas o motivo “absentismo escolar” apresenta diferenças significativas e apenas em relação ao auto-conceito; por fim verifica-se que os menores que frequentam o apoio psicológico apresentam um menor sentido de auto-conceito e de auto-eficácia em comparação com os restantes que não frequentam o psicólogo. Os resultados obtidos podem ser indicadores de um melhor desempenho das instituições para a formação da personalidade dos menores, atenuando de alguma forma a separação entre os menores e o seu ambiente familiar.

## **Abstract**

The present study aims at analyzing the level of self-concept and self-efficacy in children and young people who are in institutional environment, since they are constructs that play a significant role in shaping the personality of individuals. More specifically goes to investigate a possible relationship between self-concept and self-efficacy with the age of minors, as well as the source of residential care, and even the time of institutionalization and whether or not they need psychological support.

The instrument used to assess self-concept were the scale "Piers-Harris Children's Self-Concept Scale" (PHCSCS-2) reduced to 60 items by Piers & Herzberg in 2002, adapted to the Portuguese population in 2006 by Feliciano Veiga; the instrument used to assess self-efficacy were the scale "Como eu sou," adapted to the Portuguese population by Jose Luis Pais Ribeiro in 1995, from "The Self-Efficacy Scale" by Sherer, Maddux, Mercandante, Prentice-Dunn, Jacobs and Rogers (1982).

The study sample consists of 61 children and young people who are institutionalized, all male and aged between 9 and 22 years old, with a mean age of 15 years. The average time of institutionalization presented by these children is 41 months.

The results revealed that the level of self-concept and self-efficacy perceived by institutionalized children is within normal parameters; also indicate the existence of significant correlations, positive and moderate between the two constructs and the age of minors, as well as with the time of institutionalization. It was also found that the only reason of institutionalization that reveals statistically significant differences is school absenteeism in relation to self-concept; and finally it appears that minors who attend psychological support have a lower sense of self-concept and self-efficacy compared with other's who does not attend psychological support. The results may indicate a better performance of institutions for shaping the character of the minors attenuate somehow the separation between them and their family environment.

## Índice

Introdução .....	10
------------------	----

### Capítulo I: Auto – Conceito

1. Definição e Características .....	12
2. Factores que influenciam a formação do Auto-Conceito .....	14
3. Modelos de interpretação: unidimensional / multidimensional .....	16
4. Diferenciação entre os constructos auto-conceito, auto-imagem e auto-estima.....	18
5. Avaliação do Auto-Conceito .....	20
6. Auto-Conceito e o Acolhimento Institucional .....	23

### Capítulo II: Auto – Eficácia

1. Definição .....	27
2. Processos mediadores da auto-eficácia .....	29
2.1. Processos motivacionais .....	29
2.2. Processos Cognitivos .....	30
2.3. Processos Afectivos .....	30
2.4. Processos de Selecção .....	31
3. Expectativas de eficácia e expectativas de resultados .....	32
4. Fontes da Auto-Eficácia .....	33
4.1. Experiências de Desempenho .....	33
4.2. Experiências Vicariantes .....	34
4.3. Persuasão Verbal .....	34
4.4. Estados Fisiológicos e emocionais .....	35
5. Auto eficácia percebida e Acção .....	35
6. Crenças de Auto-eficácia e a motivação .....	36
7. Diferenciação entre Auto-Conceito e Auto-Eficácia .....	38
7.1. Origem .....	39
7.2. Direcção da Avaliação .....	39
7.3. Especificidade da Avaliação .....	40

7.4. Natureza da Avaliação .....	40
7.5. Estabilidade Temporal .....	40

### **Capítulo III – Estudo Empírico**

1. Justificação do estudo .....	41
2. Objectivos e Hipóteses de estudo .....	43
3. Metodologia	
3.1.Design da investigação .....	44
3.2.Instrumentos.....	44
3.3.Procedimento .....	47
3.4.Participantes .....	48

### **Capítulo IV – Resultados**

1. Caracterização da amostra .....	48
2. Apresentação dos resultados .....	50

### **Capítulo V – Discussão dos Resultados** .....

58

### **Capítulo VI – Reflexão Final** .....

66

### **Referências Bibliográficas** .....

69

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Coeficientes de consistência interna do PHCSCS-2 (Veiga, 2006) .....	46
Quadro 2 - Análise da amostra relativa à idade .....	49
Quadro 3 - Motivos de Institucionalização .....	50
Quadro 4 - Análise Descritiva .....	51
Quadro 5 - Análise Correlacional .....	52
Quadro 6 - Análise Correlacional das Dimensões de cada constructo .....	52
Quadro 7 - Análise Correlacional entre os constructos e respectivas dimensões .....	53
Quadro 8 - Análise de comparação relativa ao motivo “absentismo escolar” .....	56
Quadro 9 - Análise Correlacional entre o tempo de institucionalização e ambos os constructos .....	56
Quadro 10 - Análise de comparação relativa ao factor “apoio psicológico” .....	58

## Índice de Anexos

Anexo A: Questionário Socio Demográfico

Anexo B: Escala de auto-conceito “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*”  
(PHCSCS-2)

Anexo C: Escala de auto-eficácia “*Como eu sou*”

## **Introdução**

Este trabalho incide sobre a avaliação do auto-conceito e da auto-eficácia em crianças e jovens que se encontram institucionalizadas. A relevância deste estudo passa pelo facto de ambos os constructos referidos desempenharem um importante papel no desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo.

De acordo com Zarpa (1994, cit. in Manjarrez & Nava, 2002) o auto-conceito é uma das funções mais importantes da personalidade, da motivação, comportamento e desenvolvimento da saúde de mental. Por outro lado, a auto-eficácia implica o julgamento do indivíduo sobre as suas próprias capacidades, e influencia o empenho despendido pelo mesmo nas actividades que realiza, o nível de motivação e a perseverança perante obstáculos que surjam durante a acção, sendo os indivíduos capazes, através da reflexão, de alterarem a sua forma de pensar e consequentemente o seu comportamento (Medeiros, et. al, 2000).

Nas crianças e jovens em risco, que integram uma estrutura familiar instável ou não existente, que foram vítimas de variados tipos de violência, abuso ou privação, verifica-se uma maior probabilidade para o desenvolvimento de perturbações comportamentais, e desajustamento social e pessoal (Oliveira, 2010). Por este motivo e pelo que foi referido anteriormente, torna-se pertinente determinar o nível de auto-conceito e de auto-eficácia que os menores institucionalizados apresentam, visto que é uma população que foi sujeita a uma violência física/psicológica, foi vítima de negligência, entre outros diversos motivos.

O conceito de risco em crianças e jovens deve ter em consideração a heterogeneidade das necessidades físicas, psicológicas e sociais nas diferentes idades do menor em questão, e a capacidade que os vários contextos de desenvolvimento como por exemplo a família, a escola e a comunidade apresentam para satisfazerem essas mesmas necessidades (Oliveira, 2010).

De acordo com o regulamento interno da instituição onde foram aplicados os instrumentos, considera-se que um menor encontra-se em situação de risco quando: está abandonado ou vive entregue a si próprio; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos; não

recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigado a trabalhos ou actividades excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento; está sujeito a comportamentos que afectam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou entrega-se a actividades ou consumos que afectam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponha de modo adequado a evitar a situação.

O presente estudo tem como objectivo geral analisar o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia em crianças e jovens que se encontram inseridos numa instituição de acolhimento, e que foram afastadas do seu ambiente familiar pelos mais diversos motivos. Os instrumentos utilizados foram a escala “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*” (PHSCS-2) para determinar o nível de auto-conceito, e a escala “*Como eu sou*” para determinar o nível de auto-eficácia.

No primeiro capítulo será abordado a definição e características do auto-conceito, assim como os factores que influenciam a sua formação; serão explicados dois modelos de interpretação deste constructo, e como proceder à sua avaliação; efectua-se também o enquadramento do auto-conceito com o ambiente institucional, e ainda a diferenciação entre o auto conceito, a auto-imagem e a auto-estima.

No segundo capítulo é apresentada a definição de auto-eficácia, os processos mediadores, as fontes da auto-eficácia, a importância entre a auto-eficácia percebida e a acção, e também se tenta explicar uma possível relação entre as crenças de auto-eficácia e a motivação. No último ponto deste capítulo procede-se à distinção entre os constructos analisados no estudo - o auto-conceito e a auto-eficácia.

O capítulo três, referente ao estudo empírico, é constituído pela justificação do estudo, os objectivos e hipóteses criadas, assim como a metodologia utilizada. O capítulo quatro é referente aos resultados obtidos e à sua análise; o capítulo cinco apresenta a discussão desses resultados; e por fim, no capítulo seis efectua-se uma reflexão final sobre todo o estudo.

## **Capítulo I: Auto – Conceito**

### **1. Definição e Características**

A definição do termo "auto-conceito" não é consensual, no entanto pode ser caracterizado como a percepção que cada indivíduo possui sobre si próprio, a noção das capacidades que possui, assim como as suas atitudes e valores (Carapeta, Ramires & Viana, 2001). Este constructo é muitas vezes considerado como um factor que facilita a obtenção de outros objectivos, como por exemplo um bom rendimento académico, profissional ou desportivo (Peixoto, 2003).

O auto-conceito é considerado um constructo multidimensional que pode impulsionar o desenvolvimento de outros factores da personalidade (Veiga, 1995; cit. In Silva, 2009). Uma pergunta constante do ser humano encontra-se centrada na descrição relativamente às suas características, sendo o auto-conceito entendido como a construção do próprio indivíduo e considerado uma das mais significativas interpretações da personalidade, desempenhando também um papel importante na motivação, no comportamento e no desenvolvimento da saúde mental (Zarpa, 1994; cit. in Manjarrez & Nava, 2002). Faria (2005) refere que um bom desenvolvimento do auto-conceito contribui para um melhor rendimento da competência pessoal do indivíduo, assim como para uma percepção positiva de si mesmo, sendo essencial um bom desenvolvimento deste constructo para a realização positiva do indivíduo nos diversos domínios, como o académico, o físico e o social.

Segundo Gecas (1982, cit. In Martins, 2005) o auto-conceito está relacionado com a própria percepção de cada indivíduo, proveniente das suas relações sociais, das emoções que experiencia e da interpretação realizada sobre as mesmas.

Marsh, Perry, Horsley & Roche (cit. in Marjoribanks & Mboya, 1998, cit. in Manso, 2010) definem o auto-conceito como a percepção realizada pelo indivíduo com recurso às experiências vividas e às interpretações realizadas, tendo bastante influencia nestas percepções as opiniões de outros significativos e o reforço que surge dessas avaliações.

O auto-conceito pode também ser entendido como a percepção que a pessoa tem de si própria (Shavelson & Bolus, 1981). Essas percepções são formadas através das experiências e interpretações do meio ambiente no qual o indivíduo se encontra inserido, sendo influenciadas especialmente por reforços, críticas de outros significativos, e a forma como o próprio indivíduo se caracteriza a ele mesmo (Shavelson, Hubner & Stanton, 1976; cit. in Shavelson & Bolus, 1981).

Este constructo, de acordo com Shavelson, Hubner & Stanton (1976, cit. in Shavelson & Bolus, 1981) pode ser definido por 7 características fundamentais: (a) é um constructo organizado ou estruturado no qual os indivíduos categorizam toda a informação recolhida, organizando-a em categorias mais simples, fornecendo deste modo um sentido a essas mesmas experiências; (b) é um constructo multifacetado uma vez que as diversas experiências de vida indicam certas facetas específicas do conceito de cada um; (c) é um constructo hierárquico, onde na base se encontram as percepções do comportamento, e no topo o auto-conceito geral; (d) é um constructo estável, sendo mais forte no topo da hierarquia, mas quanto mais recuar na hierarquia, mas dependente se torna da especificidade das situações, e conseqüentemente, menos estável; (e) é um constructo que com o passar do tempo, e com o desenvolvimento até à idade adulta, torna-se cada vez mais multifacetado; (f) é um constructo com uma dimensão descritiva e avaliativa, uma vez que o indivíduo possui a capacidade de se descrever a si mesmo (p.e. sinto-me bem; estou contente), e de se avaliar a si mesmo (p.e. hoje tive um bom desempenho no trabalho); e por fim (g) é um constructo que pode ser diferenciado de outros semelhantes como por exemplo, o sucesso académico.

O auto-conceito desempenha assim a função de um indicador de ajuste emocional e mediador do comportamento individual, visto que a execução de um papel social específico, pode levar a emoções tanto agradáveis como desagradáveis (Fox & Corbin, 1989). De forma geral, o auto-conceito pode ser definido como a percepção ou representação que o indivíduo tem de si próprio e aquilo que acredita ser.

Seguindo esta linha de pensamento, cada indivíduo é continuamente confrontado com diferentes estímulos sensoriais desde o seu nascimento, e de acordo com Burns (1982, cit. In Clemente, 2008), aos diferentes estímulos, conforme as sensações e reacções que produzem, são associados conteúdos emocionais e atribuídos significados

subjectivos. Estes estímulos necessitam de um processo de filtração, o que possibilita a atribuição de um significado de acordo com experiências passadas, expectativas e crenças. À medida que as experiências se vão acumulando, as interpretações das mesmas vão originar uma imagem subjectiva do próprio indivíduo e do ambiente que o rodeia, definindo o que é e quem é o indivíduo. Estas experiências acumuladas desempenham também um papel importante na definição do sentido das novas experiências que se vivenciam, para que estas se adaptem ao núcleo que se vai cristalizando (Burns, 1982, cit. In Clemente, 2008).

Desta forma, apesar de cada experiência vivida contribuir para a construção do auto-conceito, esta vai ser interpretada de forma a adaptar-se à imagem previamente formada (Clemente, 2008). A partir do momento em que o auto-conceito se encontra formado, dificilmente pode ser alterado sendo muito resistente à mudança (Lee & Williams, 1979, cit. in Nunes, 2010).

De acordo com Purkey (1981, cit. por Veiga & Ochoa, 2001a, cit. in Nunes, 2010) o indivíduo possui várias crenças com igual valor e significado, porém algumas encontram-se mais próximas da essência do auto-conceito, sendo estas as crenças que dificilmente poderão ser alteradas.

## **2. Factores que influenciam a formação do Auto-conceito**

A construção do auto-conceito vai para além de uma descrição de todas as experiências vividas, sendo considerado um processo simbólico onde determinada estrutura pessoal ganha forma, com o auxílio da linguagem que atribui designações a classes de comportamentos, pretendendo desta forma defini-las e reuni-las (Serra, 1998, cit. in Martins, 2005).

Cooley e Mead (Harter, 1991; Cole, 1991; cit. in Emídio et. al, 2008) defendem que o sentido do self ou autoconceito é formado com base na interação social, nas experiências vividas com outros significativos, sendo resultado da interiorização das avaliações realizadas por estes. Este constructo é caracterizado como sendo retrospectivo e consiste numa avaliação orientada para o passado, formada nas

experiências vividas em determinados domínios de acção (Markus e Nurius, 1986, cit. in Neves & Faria, 2009).

De acordo com Serra (1988, cit. in Martins, 2005) o autoconceito é auxiliado por quatro componentes na altura da sua construção: a) o modo como os outros observam o indivíduo, o que provoca o fenómeno do "espelho" caracterizado pela tendência do indivíduo se ver de acordo com a percepção que os seus semelhantes têm dele; b) a noção do indivíduo sobre o seu desempenho em situações específicas; c) a comparação do comportamento do próprio com o dos seus pares com quem se encontra identificado; d) e por último a avaliação de um comportamento específico em função dos valores do grupo a que se pertence.

Sim-Sim e Lima (2004) consideram também que a formação do auto-conceito tem origem em 4 aspectos: (1) a auto-percepção, contribuindo de forma relevante para a formação do auto-conceito devido à recolha de informação efectuada pelo indivíduo sobre si mesmo, com recurso às experiências do quotidiano e às observações e deduções que realiza de cada situação, centrando-se desta forma nas suas acções (Sim-Sim & Lima, 2004). No entanto, alguns autores (p.e. Greenwalt, 1980; cit. in Sim-Sim & Lima, 2004) realçam o facto de que a informação recolhida através da auto-percepção pode ser facilmente e constantemente mal interpretada para que o indivíduo consiga criar desta forma uma imagem positiva de si mesmo, focando-se nos aspectos positivos e ignorando os aspectos negativos; (2) A avaliação reflectida, que se baseia na percepção do próprio relativamente à maneira como é visto pelos outros e onde o avaliador é valorizado de diferentes formas, sendo mais importante as opiniões das pessoas significativas para o indivíduo (Vaz Serra, 1996; cit. in Sim-Sim & Lima, 2004); (3) a comparação social, sendo um processo que o indivíduo utiliza para construir o seu auto-conceito, com recurso a outros semelhantes como fonte de informação e como uma referência relativamente às competências, traços e habilidades que possui, permitindo desta forma que o indivíduo se posicione numa hierarquia em comparação com os outros (Sim-Sim & Lima, 2004). De acordo com Smith & Mackie (2000, cit. in Sim-Sim & Lima, 2004) este processo de comparação social informa também o indivíduo relativamente à sua singularidade em comparação com os outros, sendo um aspecto que surge na definição de si; (4) a comparação temporal, sendo um processo que conduz o indivíduo a uma ligação entre o passado e o presente, onde existe uma retrospectiva para

comparar e efectuar o balanço relativamente às situações em causa, verificando-se um aumento do auto-conceito se esse balanço for positivo (Sim-Sim & Lima, 2004). Os outros semelhantes funcionam também como uma fonte de informação temporal, visto que informam o indivíduo sobre o seu percurso de vida, valorizando-o ou desvalorizando-o (Sim-Sim & Lima, 2004).

Os mesmos autores referem que o autoconceito possui três funções básicas: (1) a função de consciência reflexiva, na medida em que julga o conhecimento, a consciência e a avaliação de si mesmo; a função relacional, visto que existe uma interacção em diversos contextos interpessoais com recurso à auto-apresentação; e a função executiva, relacionada com a possibilidade do indivíduo em efectuar escolhas, em controlar-se e defender-se através de processos de auto-regulação (Baumeister, 1999; cit. in Sim-Sim & Lima, 2004).

O auto-conceito é assim influenciado por diversos aspectos como a observação e interpretação efectuada pelo indivíduo relativamente ao seu comportamento, as crenças formuladas sobre si mesmo através das interacções com outros semelhantes, as comparações realizadas entre o indivíduo e os padrões que regem a sociedade em que se encontra inserido, a retrospecção sobre o desenvolvimento do próprio ao longo do tempo e também o referencial de pertença em contexto cultural (Baron & Graziano, 1991; Neto, 1998; cit. in Sim-Sim & Lima, 2004). Este constructo é também influenciado pelo desenvolvimento cognitivo e pelo desenvolvimento da linguagem, visto que a sua capacidade de auto-representação é influenciada pela capacidade para a representação e comunicação do real, apresentando os progressos linguísticos uma contribuição para fortalecer os processos de socialização e de desenvolvimento de emoções interpessoais (Hattie, 1992, cit. in Emídio et. al., 2008).

### **3. Modelos de interpretação: unidimensional / multidimensional**

Os modelos de interpretação do autoconceito tem criado alguma controvérsia, visto que alguns autores encaram este constructo como unidimensional enquanto outros o classificam como um constructo multidimensional.

De acordo com Faria & Fontaine (1990, cit. in Faria & Azevedo, 2004) o autoconceito é um constructo multidimensional que engloba atitudes, sentimentos e conhecimento relativamente às capacidades, aparência, competências e aceitabilidade social do próprio indivíduo, afectando o seu comportamento e acções, que vão influenciar a forma como o indivíduo se percebe a si mesmo. Este constructo é assim um aspecto central da personalidade que funciona como organizador da acção. Por outro lado, a perspectiva unidimensional do auto-conceito defende a existência de um factor geral que domina os factores mais específicos (Marsh & Martin, 2011). Este modelo influenciou a construção de diversos instrumentos de avaliação do autoconceito, os quais tem em consideração o factor global, assim como varias subescalas que possibilitam a avaliação de domínios mais específicos deste constructo, sendo o resultado final obtido através do somatório destes vários domínios específicos (Nunes, 2010).

No entanto, o modelo unidimensional do auto-conceito é alvo de críticas, iniciando-se uma concepção diferente relativa a este constructo (Marx & Winne, 1980; cit. in Carapeta et al., 2001).

De acordo com Harter (1982, cit. in Clemente, 2008) as crianças formam julgamentos em áreas específicas, para além de uma imagem global de elas mesmas e do seu valor. Com o seu desenvolvimento, a criança torna-se capaz de construir um autoconceito progressivamente mais diferenciado nos vários domínios, e simultaneamente começa a integrar as diversas auto-percepções num autoconceito global cada vez mais complexo (Harter, 2006, cit. in Clemente, 2008). Os autores que defendem o autoconceito como um constructo multidimensional afirmam que a avaliação deste constructo não deve ser efectuada através do somatório dos diferentes itens que avaliam atributos específicos, mas antes através de uma escala independente que inclua itens dirigidos directamente à percepção e satisfação global do indivíduo sobre si (Harter, 1982, cit. in Clemente, 2008).

Actualmente, apesar da diversidade de opiniões, é aceite a definição que caracteriza o auto-conceito com um constructo multidimensional, uma vez que as imagens criadas pelo indivíduo relativas a si próprio, dependem do contexto e da fase de vida em que se encontra (Faria, 2003; cit. in Faria & Azevedo, 2004).

O indivíduo evolui em variados contextos e implica-se em diferentes tarefas, o que origina a elaboração de cognições sobre o seu desempenho nessas tarefas (Peixoto, 2003). De acordo com Campbell, Assanand e Di Paula (2000, cit. in Peixoto, 2003) os diversos papéis sociais que o indivíduo executa podem originar processos de diferenciação, mas paralelamente a este processo de diferenciação entre os diversos domínios do autoconceito existe um processo de integração, que possibilita ao indivíduo ter uma perspectiva unitária da estrutura das representações de si mesmo, para que não se perca na diversidade de papéis que pode assumir.

#### **4. Diferenciação entre os constructos Auto-conceito; Auto-imagem; e Auto-estima**

De acordo com Purkey & Stanley (2001) parece existir um entendimento geral entre os psicólogos que a forma como o indivíduo se percepção a ele mesmo afecta profundamente o seu estado psicológico, biológico e social. De acordo com vários autores, uma percepção negativa do indivíduo pode estar associada ao aparecimento de problemas físicos e psicológicos, como o abuso de álcool, anorexia nervosa ou bulimia e uma timidez extrema (Purkey & Stanley, 2001). Porém a literatura existente referente ao *self* e conceitos relacionados está repleta de uma terminologia confusa (Butler & Gasson, 2005, cit. in Clemente, 2008).

Com o objectivo de criar uma linguagem mais científica e precisa, nasceram vários termos referentes aos diversos aspectos do *self* como o autoconceito, a auto-imagem, a auto-estima, entre outros (Clemente, 2008).

A auto-imagem é formada com base na interacção entre o indivíduo e o seu contexto social e nas crenças que o indivíduo tem sobre si próprio, crenças essas que derivam de experiências de vida e das relações estabelecidas com outros semelhantes sendo a auto-estima a percepção avaliativa que o indivíduo realiza a si próprio (Mosquera & Stobaus, 2006).

Relativamente à auto-imagem, esta pode ser classificada como independente ou interdependente (Markus & Kitayama, 1991; cit. in Gouveia et. al, 2002). A auto-imagem independente, relativa a um *self* que evidencia as qualidades internas e se separa do contexto social, está associada a uma percepção com base nas próprias

habilidades e características que o indivíduo possui. Da mesma forma, relativamente a outros semelhantes, estes indivíduos dão mais importância às características e habilidades internas de cada um, do que o ambiente social em que estes se encontram inseridos e os papéis sociais que desempenham (Gouveia et. al, 2002).

Por outro lado, a auto-imagem interdependente realça o papel social, o *status* e os feitos públicos de cada indivíduo, sendo deste modo as relações interpessoais a base para a formação da auto-imagem (Gouveia et. al, 2002). Os indivíduos com uma auto-imagem interdependente têm a preocupação de pertencer a um determinado grupo social, estando o self ligado a estas relações sociais; estes indivíduos dão bastante importância aos relacionamentos interpessoais dentro do grupo que pertencem depositando especial atenção no comportamento e sentimentos dos outros semelhantes (Gouveia et. al, 2002).

É importante realçar que estes dois tipos de auto-imagem não são incompatíveis, e de acordo com Markus & Kitayama (1991, cit. in Gouveia et al, 2002) na generalidade os indivíduos revelam aspectos de um e de outro na sua percepção, o que vai de encontro à ideia da presença de elementos individuais e sociais na mesma cultura (Sinha & Tripathi, 1994; cit. in Gouveia et al, 2002).

Relativamente à auto-estima, alguns autores referem que é um constructo com um carácter essencialmente avaliativo e emocional, diferenciando-se do auto-conceito que apresenta um carácter principalmente cognitivo (Vaz Serra, 1988; cit. in Azevedo & Faria, 2006), podendo estar associada à componente avaliativa do auto-conceito (Burns, 1982; cit. in Azevedo & Faria, 2006).

A auto-estima pode então ser entendida como um constructo referente à eficácia de cada indivíduo (Wells & Marwell, 1976; cit. in Azevedo & Faria, 2006), e depende da relação entre os êxitos alcançados pelo indivíduo e os seus objectivos, sendo um constructo positivo quando o indivíduo acredita que possui as capacidades necessárias para alcançar os objectivos/metastas a que se propôs (Vaz Serra, 1988; cit. in Azevedo & Faria, 2006). Rosenberg (1979, cit. in Azevedo & Faria, 2006) segue esta linha de pensamento e caracteriza a auto-estima como a atitude que o indivíduo possui relativa ao *self*, tornando-se positiva quando o indivíduo se avalia como alguém com valor e que

é respeitado pelos outros; e pode ser negativa quando o indivíduo se desvaloriza, quando sente que não tem as capacidades necessárias e não se respeita a ele mesmo nem é respeitado pelos seus semelhantes.

Pode-se ainda afirmar que estes dois constructos são distintos mas interdependentes um do outro, apresentando uma relação positiva entre ambos nos vários estudos efectuados (Antunes, 1994; cit. in Azevedo & Faria, 2006).

É também importante realçar que a auto-estima está dependente da relação entre o auto-conceito real e o auto-conceito ideal que o indivíduo possui (Manjarrez & Nava, 2002), por outras palavras depende da crença que o indivíduo possui relativamente ao que quer ser, que inclui esperanças, desejos e a forma como os outros pensam que poderia ser (auto-conceito ideal) e a forma como se percebe na realidade (auto-conceito real). Desta forma, a auto-estima do indivíduo será mais elevada quanto mais próximos se encontrarem o auto-conceito real e o auto-conceito ideal do indivíduo (Manjarrez & Nava, 2002).

Para sintetizar, de acordo com Oliveira (1994, cit. in Costa, 2002), o auto-conceito pode ser entendido como a atitude que o indivíduo evidencia dependendo da forma como se vê a si mesmo; a auto-imagem é muito semelhante ao auto-conceito com a diferença que se centra no aspecto social, e a auto-estima diz respeito à atitude valorativa do indivíduo relativamente a si próprio. A auto-imagem pode ainda ser definida como o conhecimento que realizamos sobre nós próprios, a forma como sentimos as nossas potencialidades, sentimentos, atitudes e ideias; a auto-estima pode ser classificada como a percepção avaliativa que o indivíduo tem sobre si próprio, sobre o total das suas atitudes, podendo estas percepções serem positivas ou negativas (Mosquera & Stobaus, 2006).

## **5. Avaliação do Auto-Conceito**

As avaliações relativas ao auto-conceito executam-se com recurso à descrição que o indivíduo faz de si próprio ou através de reacções por parte de outros semelhantes às suas atitudes (Martins, 2005).

De acordo com Veiga (1995, cit. in Martins, 2005) o auto-conceito não pode ser avaliado directamente, sendo a auto-avaliação uma das técnicas utilizadas. A partir da descrição que o indivíduo realiza a si próprio e tendo em conta a forma como se percebe a si mesmo, torna-se possível efectuar uma avaliação do auto-conceito desse indivíduo. Esta técnica de avaliação permite a obtenção de respostas livres e recolha de informação que se poderia perder com recurso a outros instrumentos, porém não possibilita uma classificação estandardizada, dificultando desse modo a cotação das respostas (Martins, 2005). É ainda necessário ter em conta a possibilidade do efeito de desejabilidade social estar presente, o que cria uma situação na qual o indivíduo revela o que pensa ser o mais correcto e o que o avaliador deseja ouvir, ao invés de revelar a sua verdadeira opinião (Martins, 2005).

Veiga (1995, cit. in Martins, 2005) faz referência a outra técnica que permite a recolha de informação e posterior avaliação do auto-conceito - a observação. Esta técnica, de acordo com o autor, parte da observação dos comportamentos do indivíduo nos seus vários contextos, e deve ter início no aspecto exterior do observado, seguindo-se uma observação das expressões faciais, da linguagem e do modo de estar que o indivíduo apresenta. O objectivo final desta técnica é a obtenção de uma percepção concreta do comportamento do indivíduo. Recorre-se a um observador não participante, com uma atitude passiva e imparcial relativa ao indivíduo em questão, de modo a não influenciar o seu comportamento (Veiga 1995, cit. in Martins, 2005). A observação apresenta a vantagem da avaliação ser efectuada em contexto real, impedindo desta forma as possíveis alterações que poderiam ocorrer se a avaliação tivesse lugar em contexto experimental (Martins, 2005).

Os autores Giglione & Matalon (1992, cit. in Martins, 2005) fazem referência a uma outra técnica de avaliação - o questionário, e defendem que este permite realizar a descrição dos indivíduos e de grupos, através da comparação das informações recolhidas. Esta técnica é bastante utilizada para a avaliação deste constructo, visto que possibilita uma recolha rápida de informação e apresenta uma cotação relativamente simples de efectuar (Martins, 2005).

A entrevista apresenta-se como outra possibilidade de avaliação do auto-conceito, obtendo de forma imediata as respostas dos indivíduos, o que permite a

recolha de informação e simultaneamente o esclarecimento e orientação para novas informações. Como as respostas obtidas são do tipo "abertas", a cotação torna-se difícil assim como a interpretação de algumas respostas (Martins, 2005). Como já foi referido, é necessário ter em conta que o indivíduo raramente está disposto a revelar o que pensa acerca de si próprio (Veiga, 1990, cit. in Martins, 2005). Deste facto, surgiu a necessidade por parte de alguns autores em recorrerem ao método indiferencial. Os defensores deste método pressupõem que o indivíduo está influenciado por mecanismos de defesa que não lhe permitem realizar uma descrição objectiva de si mesmo (Paiva, 2003, cit. In Martins, 2005). Este método recorre a observadores externos, que através da observação directa ou indirecta, pretendem obter uma reconstituição do conceito que o indivíduo tem de si próprio (Paiva, 2003, cit. In Martins, 2005).

De acordo com Markus & Nurius (1986, cit. in Neves & Faria, 2009) a direcção da avaliação do auto-conceito orienta-se para o passado e é fundado na experiência pessoal. Do ponto de vista metodológico e operacional, a construção dos itens para os instrumentos de avaliação do auto-conceito, deve evidenciar a orientação para o passado, como por exemplo: "*Eu sempre fui bom em matemática*" - item do *Self-Description Questionnaire III; SDQ III - Marsh, 1990* (cit. in Neves & Faria, 2009). Relativamente à especificidade da avaliação do auto-conceito, Neves & Faria (2009) referem que este constructo remete para uma avaliação da competência ao nível de domínios de realização, e os itens presentes nos instrumentos apresentam questões relacionadas com o ser, ter ou sentir; não apresentam uma referência explícita aos objectivos de realização; e são elaborados de forma a evocar o passado.

Com base em tudo o que foi referido anteriormente, pode-se concluir que existem diversas formas de avaliar o auto-conceito, porem nenhuma delas pode ser entendida como totalmente eficaz, uma vez que dificilmente o indivíduo revela o seu verdadeiro "*self*".

## **6. Auto-Conceito e o Acolhimento Institucional**

As relações estabelecidas com figuras de referência (em primeiro lugar com os pais, de seguida com o grupo de pares e professores) são de extrema importância, visto que são estas relações que vão estruturar e definir as auto-representações formadas pela criança (Harter, 2006, cit. in Nunes, 2010). As crianças e jovens que se encontram em acolhimento institucional, se não tiveram nenhuma figura de referência consistente anteriormente ao seu acolhimento, podem apresentar um auto-conceito e uma auto-eficácia enfraquecidos.

Nos casos em que os menores institucionalizados foram vítimas de maus-tratos, pode-se verificar uma maior dificuldade em estabelecer relações estáveis devido à dificuldade que estes menores podem sentir em dar e receber afecto, e também por exigirem demasiado nas relações em que estão envolvidos (Velarde & Martinez, 2008). Este facto pode conduzir a um sentimento de isolamento e solidão, assim como ressentimento por não serem retribuídos da forma que desejavam nestas relações, o que se pode traduzir em comportamentos hostis e agressivos (Velarde & Martinez, 2008). O tipo de maus-tratos de que a criança/jovem foi vítima vai influenciar em grande parte o desenvolvimento do seu auto-conceito (Velarde & Martinez, 2008), podendo no entanto ultrapassar este obstáculo devido ao fenómeno da resiliência, adaptando-se positivamente apesar da adversidade presente. (Luthar e Cicchetti, 2000, cit. in Nunes, 2010).

De acordo com Pasion e Jacquemin (1999) as crianças que se encontram institucionalizadas encontram-se mais susceptíveis a desenvolver perturbações emocionais. Estas podem demonstrar um auto-conceito e uma auto-eficácia mais baixos, quando comparados com os jovens que se encontram em meio familiar. Os mesmos autores concluíram que os sinais de perturbação emocional não são dependentes da idade; e a duração do acolhimento é um factor importante, visto que as crianças que se encontram há mais tempo institucionalizadas apresentam uma menor tendência a exhibir sinais de perturbação afectiva. De seguida são apresentados os objectivos e as hipóteses de estudo formuladas.

De acordo com Damião da Silva (2004, cit. in Nunes, 2010) o acolhimento institucional começa a desenvolver-se a partir do século XVIII, mas apenas no final do século XIX é que se começa a dar relevância a esta questão, tendo sido efectuados vários estudos na primeira metade do século XX sobre a vida institucional.

Na primeira metade do século XX as instituições de acolhimento de menores apresentavam vários problemas e deficiências relativamente às necessidades das crianças, com destaque em três domínios (Rutter, 1981; cit. in Martins, 2005 b): fracas condições de higiene, alimentação e cuidados de saúde; uma fraca estimulação e acção proporcionada aos menores institucionalizados; e fracas relações interpessoais e de vinculação. De acordo com Gunnar et al (2000, cit. in Martins, 2005 b) estas crianças evidenciavam défices ao nível do desenvolvimento físico, das acções cognitivas, linguísticas e ao nível psicossocial. Nos anos 70 inicia-se uma serie de mudanças relativamente à protecção das crianças, que se impõe nos anos 80 (Damião da Silva, 2004, cit. in Nunes, 2010).

Nos últimos anos foi investido um grande esforço para melhorar a qualidade de vida dos menores nestas instituições, proporcionando programas de intervenção orientados para as necessidades de cada menor institucionalizado. Desta forma é reconhecida a importância da necessidade em formular estes planos, garantindo que se está a proporcionar um serviço adequado e de qualidade a estas crianças (Arteaga & del Valle, 2001). Arteaga & del Valle (2001) referem que nestas instituições, após o reconhecimento da importância da família de origem no desenvolvimento do menor, deveria ser dada especial importância à reunificação familiar, envolvendo a família no processo do menor, facto que se verifica na instituição onde se procedeu à aplicação dos questionários; os mesmos autores referem também que um dos principais objectivos desde dos anos 80 é facilitar um desenvolvimento normal por parte dos menores e a sua integração na sociedade, propondo que as instituições envolvam as crianças em actividades da comunidade, como desporto ou actividades culturais, entre outros. Este aspecto também se verifica na instituição onde o estudo foi efectuado, em que se verificam alguns casos de menores que participam em teatro, ou praticam desportos fora da instituição; é ainda referido pelos mesmos autores que as instituições devem elaborar planos para os menores consoante o futuro dos mesmos, isto é, se o objectivo para determinado menor é o regresso à sua família de origem ou a uma família de

acolhimento, então o objectivo prioritário será trabalhar com essa família; se por outro lado, não se verifica a hipótese de o menor integrar a família de origem ou uma família de acolhimento, então deve ser trabalhada a preparação da integração do menor na sociedade, de forma a este adquirir as capacidades necessárias para se tornar um individuo autónomo e independente.

Relativamente às características das instituições de acolhimento, de acordo com Fernández del Valle & Fuertes (1999, cit. in Zurita & del Valle, 2005; cit. in Nunes, 2010), é importante ter em consideração que estas instituições desempenham um papel importante no acolhimento de crianças separadas das suas famílias, com o dever de minimizar o mais possível os sentimentos de perda desses menores.

No entanto, de acordo com Alberto (2002, cit. in Martins, 2005 b), a institucionalização pode trazer consequências negativas para os menores, em grande parte "*pela vivência subjectiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que pode motivar*". De acordo com a mesma autora os riscos da institucionalização são o excesso de regras no dia-a-dia dos menores, o facto de viverem em grupo poder influenciar a organização da intimidade de cada um; a dificuldade na construção da autonomia pessoal; e o facto de se poder verificar a inexistência do estabelecimento de vínculos com figuras de referencia. Por outro lado, a institucionalização apresenta aspectos positivos em comparação com outras medidas, como por exemplo, não apresenta probabilidades altas de ruptura e adaptações mal sucedidas como outros tipos de colocação; não exige aos menores o estabelecimento de vínculos afectivos com pessoas adultas e estranhas como pode acontecer no acolhimento familiar; as relações com a família biológica e o seu envolvimento no percurso de vida do menor são facilitados, em comparação com as dificuldades que normalmente as famílias de acolhimento e biológicas apresentam na sua relação, entre outros motivos (Martins, 2005 b).

O facto de as crianças institucionalizadas sofrerem uma mudança tão intensa como o afastamento do seu ambiente familiar e o ingressar num ambiente institucional pode criar mudanças nas suas vidas e nas redes de apoio social e afectivo que possuíam (Bronfenbrenner, 1979/96; cit. in Siqueira, Betts & Dell'Aglio, 2006). Brito & Koller (1999, cit. in Siqueira et al, 2006) definem a rede de apoio social como um grupo de

pessoas significativas e um conjunto de sistemas que constituem os vínculos relacionais estabelecidos pelo indivíduo.

A rede de apoio social é fundamental para um correcto desenvolvimento do mesmo, onde o apoio social constitui uma ligação entre o indivíduo e o meio em que se encontra inserido (Garmezy & Masten, 1994; cit. in Siqueira et al, 2006), e o apoio afectivo é responsável pelo tipo de relações estabelecidas e pela manutenção dos vínculos criados pelo indivíduo (Bronfenbrenner, 1979/96; cit. in Siqueira et al, 2006). Desta forma, o apoio social e afectivo está ligado à forma como o indivíduo se percebe inserido no seu meio social, a forma como se orienta e a que tipo de estratégias e competências recorre para estabelecer vínculos afectivos com os seus semelhantes, e ainda a forma como utiliza os recursos fornecidos por essa rede de apoio perante situações de risco (Brito & Koller, 1999; cit. in Siqueira et al, 2006).

A rede de apoio social é também caracterizada pelo importante papel que desempenha no aumento das capacidades do indivíduo, reforçando a sua auto-imagem e auto-eficácia necessárias para alcançar determinado objectivo a que se propôs (Garmezy & Masten, 1994; cit. in Siqueira et al, 2006); a protecção que esta rede de apoio fornece ao indivíduo relaciona-se com o desenvolvimento da capacidade do indivíduo em enfrentar situações adversas e de stress, desenvolvendo processos de resiliência e de capacidade de adaptação a diferentes situações (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987; cit. in Siqueira et al, 2006). É importante realçar o facto que qualquer tipo de relação estabelecida pelo indivíduo, seja com família, amigos, escola entre outros, é propícia a tornar-se numa rede de apoio social (Siqueira et al, 2006).

De acordo com Yunes, Miranda & Cuello (2004, cit. in Siqueira et al., 2006), a partir do momento em que os menores são institucionalizados, e se deparam com um conjunto de novas relações, a sua rede de apoio passa a ser constituída pelas pessoas que pertencem à instituição com quem convivem diariamente. Bronfenbrenner (1979/96; cit. in Siqueira et al, 2006) refere que é na instituição que os menores vão desempenhar a maioria das suas actividades, papéis e funções, podendo originar relações afectivas recíprocas e estáveis.

Desta forma, apesar de existir uma associação entre institucionalização e sofrimento por parte dos menores, estas instituições fornecem um espaço seguro e de protecção a estes menores, acompanhando-os ao longo do seu processo de vida, num momento em que provavelmente não encontram estas condições em qualquer outro lugar (Arpini, 2003; cit. in Siqueira et al, 2006). No entanto Rizzini & Rizzini (2004, cit. in Siqueira et al, 2006) referem que a institucionalização pode representar um risco para o desenvolvimento do menor, em grande parte, devido à rotatividade dos funcionários ou mesmo dos menores institucionalizados, o que dificulta a criação de relações afectivas estáveis e duradouras.

É assim importante que em ambiente institucional as relações estabelecidas entre os menores institucionalizados e os cuidadores primários (figuras de referencia para os menores) sejam fortes e estáveis, uma vez que vão moldar e estruturar as auto-representações criadas no decorrer desta interacção (Harter, 2006, cit. in Nunes, 2010).

Em conclusão, o ambiente institucional pode afectar o desenvolvimento e construção de um auto-conceito positivo, uma vez que as experiências vividas durante o acolhimento institucional podem ser determinantes para a construção deste constructo.

## **Capítulo II: Auto – Eficácia**

### **1. Definição**

Bandura define a auto-eficácia como "o juízo das pessoas sobre as suas capacidades em organizar e executar cursos de acção necessários para obter determinado tipo de realização" (Bandura, 1986, p. 391; cit. in Amaral, 1993).

A auto-eficácia é entendida como as crenças que o indivíduo possui acerca das suas capacidades para produzir determinados níveis de desempenho que influenciam os eventos que ocorrem na sua vida. Estas crenças determinam a forma como as pessoas sentem, pensam, comportam e se motivam (Bandura, 1994). Por outras palavras, as crenças de auto-eficácia dizem respeito ao julgamento do próprio perante uma tarefa específica e relacionam-se com as expectativas ligadas ao *self* e a percepção da sua

própria capacidade, influenciando os padrões de pensamento e a forma como as pessoas se sentem e se comportam (Bandura, 1992; Bzuneck, 2000, 2001; Pajares, 1996; cit. in Boruchovitch & Cruvinel, 2009).

Um alto nível de auto-eficácia fortalece a realização e bem-estar pessoal. Indivíduos que se sentem seguros e confiantes nas suas capacidades encaram tarefas complicadas como desafios a serem ultrapassados e não como ameaças a serem evitadas (Bandura, 1994). Estes indivíduos propõem a eles mesmos tarefas desafiadoras, mantêm os seus esforços perante um possível falhanço, recuperam rapidamente o seu sentido de auto-eficácia após passarem por um falhanço/tarefa mal resolvida, e atribuem os seus fracassos a esforços insuficientes ou alguma falta de conhecimento e capacidades que podem ser adquiridas. Este tipo de comportamentos e crenças que os indivíduos possuem produz realizações pessoais, reduzem o stress e diminuem a vulnerabilidade à depressão (Bandura, 1994).

Por outro lado, os indivíduos que duvidam das suas próprias capacidades evitam desafios que acreditam não serem capazes de cumprir e encaram-nos como uma ameaça, possuem baixas aspirações e não se empenham como deviam na realização das tarefas (Bandura, 1994). Quando se deparam com tarefas complicadas focam-se em todos os obstáculos com que se vão deparar e todo o tipo de adversidades que podem advir dessa tarefa em vez de se concentrarem nas opções que lhe possibilitam resolver o desafio com sucesso. Desistem facilmente, e são muito lentos a recuperar a sua crença de auto-eficácia após terem vivenciado um momento negativo e de insucesso (Bandura, 1994). Desleixam o seu esforço e empenho e desistem facilmente perante uma tarefa que apresenta dificuldades acrescidas, e como encaram um baixo desempenho como uma fraca aptidão não é necessário passarem por muitos fracassos para perderem todas as crenças nas suas capacidades. Devido a estas crenças e comportamentos, encontram-se bastante vulneráveis ao stress e à depressão (Bandura, 1994).

De acordo com a Teoria Social Cognitiva (Bandura, 1986; cit. in Chen, Gully & Eden, 2001) as crenças de auto-eficácia variam de acordo com três dimensões: o nível ou magnitude, referente à dificuldade que determinada tarefa apresenta; a força, que está relacionada com a certeza de sucesso na resolução de determinada tarefa; e a capacidade

de generalizar, através da qual as crenças de magnitude e de força generalizam as diferentes tarefas e situações.

Desta forma a auto-eficácia desempenha um papel estabilizador de todo o funcionamento humano, desempenhando um papel importante na auto-regulação e nos processos cognitivos, assim como na motivação e na regulação dos estados afectivos e na escolha de tarefas a desempenhar (Bandura, 1992; González Cabanach & Valle Arias, 1998; Pajares, 1996; cit. in Boruchovitch & Cruvinel, 2009).

## **2. Processos mediadores da auto-eficácia**

As crenças de auto-eficácia regulam o comportamento humano através de processos mediadores – os processos cognitivos, motivacionais, afectivos e de decisão (Bandura, 1997; cit. In Bandura & Locke, 2003). Desta forma as crenças de auto-eficácia afectam as aspirações e o empenho dos indivíduos em determinadas acções, a capacidade de se auto-motivarem e demonstrarem perseverança face às dificuldades que sucedam, a qualidade do seu bem-estar emocional, a sua vulnerabilidade para o stress e para a depressão, e ainda as escolhas que realizam em pontos-chave das suas vidas (Bandura & Locke, 2003).

### **2.1. Processos motivacionais**

Relativamente aos processos motivacionais envolvidos na auto-eficácia, o nível de motivação do indivíduo está directamente relacionado com as suas crenças de auto-eficácia, o que se reflecte na quantidade de esforço e perseverança que o indivíduo vai empenhar na concretização de um certo objectivo (Oliveira, 2008). Desta forma, se o indivíduo possui fortes crenças nas suas capacidades pessoais, maior vai ser o esforço e perseverança investidos para ultrapassar os obstáculos e dificuldades que surjam na sua vida. Por outro lado, se o indivíduo não confia nas suas próprias capacidades apresenta uma tendência para desistir mais rapidamente, não investindo muito tempo ou esforço para ultrapassar os obstáculos com que se deparou (Oliveira, 2008). Uma avaliação correcta da auto-eficácia relativamente à exigência das acções propostas é um aspecto fundamental para um bom funcionamento pessoal e de sucesso. Se a avaliação da auto-eficácia for incorrecta, pode criar graves consequências para os indivíduos. Bandura

(1986, cit. in Amaral, 1993) defende que as avaliações de auto-eficácia mais práticas e com maior vantagem para o indivíduo são provavelmente aquelas que excedem, por pouco, o que a pessoa pode fazer em determinada situação. Este facto conduz os indivíduos a aceitar acções desafiantes, adquirindo a motivação necessária para continuar com o desenvolvimento das suas capacidades (Amaral, 1993).

## **2.2. Processos Cognitivos**

No que diz respeito aos processos cognitivos, o juízo de auto-eficácia que o indivíduo possui, produz efeitos sobre o tipo de cenário antecipado a ser construído para a realização da tarefa proposta. Os indivíduos que possuam um bom juízo de auto-eficácia apresentam a capacidade de se visualizarem a si mesmos a executar a tarefa em questão, recorrendo a boas construções cognitivas para ultrapassar todos os obstáculos com que se deparem (Medeiros, Loureiro, Linhares & Marturano, 2000). Segundo Bandura (cit. In Oliveira, 2008) existe uma regulação de grande parte do comportamento humano, através de pensamentos prévios que englobam a definição de objectivos e a antecipação do cenário a percorrer para os alcançar. Estes objectivos são influenciados pela crença que o indivíduo tem nas suas capacidades, demonstrando uma maior capacidade e confiança assim como um maior investimento na realização das tarefas para alcançar o resultado desejado, se possuir uma avaliação positiva da sua auto-eficácia.

## **2.3. Processos Afectivos**

A crença de auto-eficácia atinge também os processos afectivos, uma vez que influencia a quantidade de stress e ansiedade que o indivíduo sofre em determinadas situações (Medeiros, et. al., 2000). De acordo com Bandura (1986, cit. In Amaral, 1993), os estados de humor influenciam também a percepção que o indivíduo tem da sua auto-eficácia. Quanto mais debilitado estiver o seu estado de humor, mais rapidamente o indivíduo se recorda de eventos anteriores associados a fracassos, diminuindo desta forma a sua auto-percepção de eficácia. Se pelo contrário, o indivíduo se encontra num estado de humor positivo, activa as recordações de grandes momentos e realizações positivas que alcançou até ao momento, elevando desta forma a sua auto-percepção de eficácia. Por outras palavras, as pessoas que acreditam possuir as

capacidades necessárias para controlar e ultrapassar situações potencialmente ameaçadoras, não produzem sentimentos de apreensão perante as mesmas, não sendo desta forma afectivamente lesadas ao confrontá-las e ultrapassá-las. As pessoas que não se sentem capazes de ultrapassar determinada dificuldade, que não sentem que possuem as capacidades necessárias para executar essa acção, acabam por experienciar sentimentos de stress e ansiedade, o que pode provocar constrangimento nos próprios indivíduos por acreditarem que não são capazes de resolver o problema, limitando desta forma a sua capacidade de resposta (Bandura, 1989; cit. In Oliveira, 2008).

#### **2.4. Processos de Selecção**

Por fim, nos processos de selecção, normalmente as pessoas tendem a evitar actividades e situações que as próprias acreditam não ter capacidades para as resolver. Desta forma estes processos influenciam o curso de vida de cada indivíduo através das escolhas de actividades e ambientes de cada um, com base na percepção do que consideram ser seguro, atingível, desafiador e recompensador (Medeiros, et. al., 2000). As crenças de auto-eficácia permitem assim a escolha de ambientes e situações em que os sujeitos sentem que tem a capacidade de exercer um certo grau de controlo, evitando as situações contrárias onde se podem sentir completamente incapazes de ultrapassar qualquer situação ou obstáculo com que se deparem (Oliveira, 2008). Assim os indivíduos que optam por ambientes que apresentam situações desafiadoras, e que acreditam possuir todas as capacidades necessárias para ultrapassar essas situações, criam as condições necessárias para um desenvolvimento contínuo das suas competências, valores e interesses, e apresentam a tendência para fortalecer as suas crenças de auto-eficácia, envolvendo-se em situações cada vez mais desafiadoras das suas capacidades. Por outro lado, aqueles indivíduos que optam por não se envolverem em ambientes desafiadores, que coloquem à prova as suas capacidades, acabam por não desenvolver as próprias crenças de auto-eficácia, prejudicando deste modo o processo de mudança e crescimento psicológico (Oliveira, 2008).

### **3. Expectativas de eficácia e expectativas de resultados**

A Teoria Social Cognitiva defende que os indivíduos agem de acordo com as suas crenças em possuir determinadas capacidades para a realização de certa acção, mas também com base nas crenças relativamente aos efeitos prováveis dessa mesma acção (Coimbra, 2000).

De acordo com Bandura (1977, cit. in Amaral, 1993) a expectativa de eficácia diz respeito à crença pessoal de que cada indivíduo é capaz de atingir determinados resultados através do recurso a formas eficazes que lhe permitam ultrapassar todos os obstáculos até atingir o resultado pretendido. Por outro lado as expectativas de resultados estão associadas com as consequências prováveis que determinada acção pode originar. A diferença entre estes dois constructos é visível, uma vez que as crenças de auto-eficácia se baseiam no facto de o indivíduo acreditar em si mesmo e acreditar que possui todas as características necessárias para conseguir ultrapassar qualquer obstáculo com que se deprende no decorrer da sua acção, e por outro lado, as expectativas de resultados direccionam a sua atenção para as consequências que determinada acção pode causar, estando desta forma presente a relação de causalidade entre acontecimentos (Oliveira, 2008).

O tipo de resultados que as pessoas esperam alcançar está dependente em grande parte das crenças que essa pessoa possui nas suas capacidades de actuar em determinadas situações. Nas diversas actividades, como físicas, intelectuais ou sociais, os indivíduos que possuem uma elevada crença nas suas capacidades, em princípio esperam igualmente alcançar resultados favoráveis, enquanto aqueles que possuem uma fraca crença de auto-eficácia apenas alcançam realizações medíocres (Bandura, 1986, cit. in Amaral, 1993). De acordo com Bandura, Lent & Maddux (cit. in Coimbra, 2000) estes dois constructos apresentam uma relação assimétrica visto que as expectativas de resultado são dependentes das expectativas de eficácia, sendo estas que demonstram uma maior influência, de uma forma forte e directa no comportamento dos indivíduos.

Lent, Brown & Hackett (1994, cit. in Coimbra, 2000) exemplificam a diferença entre estes dois constructos de uma forma muito simples, onde referem que as crenças

de auto-eficácia respondem à questão "*posso fazer isto?*" enquanto as expectativas de resultados formam a resposta para a questão "*se eu fizer isto, o que é que acontece?*".

#### **4. Fontes da Auto-Eficácia**

O princípio da reciprocidade triádica, que é um dos princípios básicos da Teoria Social Cognitiva, defende a ideia de que os factores intrínsecos do indivíduo como a cognição, emoção e aspectos biológicos interagem reciprocamente com os factores externos/ambientais (Oliveira, 2008). De acordo com este princípio, o indivíduo além de reagir, cognitiva, emocional e comportamentalmente aos acontecimentos externos, tem a habilidade de, com recurso às suas capacidades cognitivas, controlar o seu comportamento de maneira a alterar o ambiente externo, acção que origina repercussões no próprio indivíduo ao nível cognitivo, afectivo e biológico (Oliveira, 2008).

Segundo os pressupostos do princípio da reciprocidade triádica, as crenças individuais de Auto-Eficácia podem surgir de quatro fontes principais de informação: as experiências de desempenho ou realizações anteriormente conseguidas, as experiências vicariantes, a persuasão verbal ou social e os estados fisiológicos e emocionais (Bandura & Maddux, cit. in Coimbra, 2000).

##### **4.1. Experiências de Desempenho**

Os resultados alcançados nas experiências de desempenho são considerados a fonte de informação que mais poder detém sobre a auto-eficácia pessoal, uma vez que são baseadas em experiências de conhecimento profundo e directo vividas pelas pessoas (Bandura, cit. in Amaral, 1993). As experiências de desempenho influenciam a crença da auto-eficácia pessoal uma vez que quando o indivíduo alcança experiências de sucesso, as suas expectativas relativamente a experiências futuras aumentam, assim como a crença de que é capaz de ultrapassar essas mesmas experiências com êxito; por outro lado, as experiências mal resolvidas, os fracassos sucessivos, conduzem o indivíduo a uma fraca crença de auto-eficácia pessoal (Oliveira, 2008). Fontaine (2005, cit. i Oliveira, 2008) defende a ideia de que apenas as experiências bem sucedidas que ocorram em situações desafiantes, originam o desenvolvimento das capacidades de auto-reflexão e auto-regulação do sujeito, das quais depende a eficácia do seu

comportamento. Mas se o indivíduo conseguir ultrapassar os insucessos com que se deparar, com recurso a um forte esforço da sua parte, pode aumentar exponencialmente a sua percepção de auto-eficácia uma vez que provou a si mesmo que os obstáculos, mesmos os mais difíceis, podem ser ultrapassados com sucesso (Amaral, 1993).

#### **4.2. Experiências Vicariantes**

As experiências vicariantes, facultadas pela observação, modelação e imitação de comportamentos sociais são a segunda maior fonte de auto-eficácia pessoal (Coimbra, 2000). Observar indivíduos similares, em termos de competência, a ultrapassar com sucesso determinadas situações, leva o observador a ponderar que também poderá possuir as capacidades necessárias para superar o mesmo tipo de desafios (Coimbra, 2000). De igual modo, a observação de fracassos alcançados por essas mesmas pessoas, apesar de todo o esforço que depositaram na tarefa, provoca uma diminuição nas crenças do observador relativamente à sua capacidade de resolução, e consequentemente, no seu nível de motivação para a realização das tarefas (Coimbra, 2000). No entanto, para o sentido de auto-eficácia pessoal se desenvolver através das experiências vicariantes, o observador e o observado tem que partilhar certas características como: o observado deve ser similar ao observador em certos aspectos, como o aspecto físico, as semelhanças sociais, as experiências de vida, entre outras; o observador deve entender como pessoalmente acessíveis as competências exibidas por aqueles que observa; por fim, os indivíduos observados devem também possuir um leque de competências a que o sujeito aspira e uma atitude resiliente que conduz à superação dos obstáculos com que se deparam (Oliveira, 2008).

#### **4.3. Persuasão Verbal**

O desenvolvimento da auto-eficácia é também influenciado pela persuasão verbal, através de indivíduos relevantes ou significativos para o sujeito (Oliveira, 2008). A sua utilização para a influência do comportamento humano deve-se à sua fácil e rápida utilização (Bandura, Adams & Beyer, 1977, cit. in Amaral, 1993). Desta forma, se o sujeito verificar que as pessoas em quem confia depositam confiança nas suas capacidades para alcançar determinado objectivo, este vai investir um maior esforço e demonstrar uma maior resiliência para atingir esse mesmo objectivo. No entanto, se o

sujeito não conseguir alcançar as metas propostas com sucesso este sentimento de auto-eficácia criado pela persuasão verbal tende a desaparecer (Oliveira, 2008).

#### **4.4. Estados Fisiológicos e emocionais**

Por último, os estados fisiológicos e emocionais afectam o desenvolvimento da auto-eficácia na medida em que quando o sujeito se encontra numa situação de stress ou tensão, sente dores, fadiga, ansiedade ou sintomas depressivos, está mais sujeito à descrença nas suas capacidades e competências comportamentais do que nos momentos em que o sujeito se encontra bem-humorado, energético e com uma boa percepção de bem-estar físico e emocional, o que aumenta a sua percepção pessoal de auto-eficácia (Coimbra, 2000). No entanto a informação recolhida através dos estados somáticos e afectivos é alvo de uma interpretação e integração cognitiva (Oliveira, 2008). Os sujeitos que possuem uma percepção de eficácia pessoal elevada determinada por experiências de vida anteriores, tendem a recorrer às informações provenientes dos seus estados somáticos e afectivos para impulsionar o desenvolvimento da sua percepção de eficácia pessoal, enquanto os indivíduos detentores de uma fraca crença de eficácia pessoal tendem a interpretar estes estados físicos e emocionais como algo que os enfraquece e lhes origina ainda maiores dúvidas no que diz respeito às suas próprias capacidades (Oliveira, 2008).

#### **5. Auto eficácia percebida e Acção**

De acordo com Bandura (1986, cit. in Amaral, 1993) o facto de a pessoa tomar a iniciativa para agir e ser incentivada para tal, é um dos aspectos mais importantes na relação entre a auto-eficácia percebida e a acção, visto que os indivíduos podem acreditar que possuem todas as capacidades exigidas para o desempenho de determinada tarefa, e apesar disso, podem optar por não agir ou por não se empenharem a 100% na realização dessa tarefa, dependendo dos incentivos que recebem para o fazer.

Outro importante factor para a relação entre a auto-eficácia percebida e a acção é possuir os recursos necessários para um bom desempenho em qualquer tarefa. *"A auto-eficácia percebida por si só poderá afectar o nível de motivação, mas de certeza que*

*não produzirá novas realizações se não possuírem as capacidades necessárias para o seu exercício"* (Bandura, 1986, p.395, cit. in Amaral, 1993).

A partir do momento em que o indivíduo reconhece possuir as capacidades e incentivos necessários, as suas expectativas de eficácia aumentam assim como a sua escolha de actividades, quanto esforço vai ser necessário para a realização dessa actividade e durante quanto tempo vai resistir a lidar com situações stressantes (Bandura, 1977, cit. in Amaral, 1993).

Outro aspecto importante a realçar na relação entre auto-eficácia percebida e acção é no momento de avaliação das capacidades. Bandura defende que se uma determinada situação não comporta nenhuma consequência grave para o indivíduo, proporciona pouco incentivo para efectuar uma apreciação adequada da auto-eficácia (Amaral, 1993). Por outro lado, se a situação engloba graves consequências para o indivíduo, os juízos apropriados auxiliam o indivíduo no decorrer da acção.

É ainda importante realçar que o tempo decorrido entre as avaliações de auto-eficácia e a acção não deve ser muito distante para que seja possível realizar uma melhor análise da influência da auto-eficácia na acção, visto que se existir uma grande diferença temporal a força dessa relação pode perder toda a sua consistência (Bandura, 1986, cit. in Amaral, 1993).

## **6. Crenças de Auto-eficácia e a motivação**

Bandura defende que a motivação e auto-eficácia estão relacionadas visto que é através das crenças de auto-eficácia que a pessoa opta por agir, conduzindo as suas acções em determinada direcção, de acordo com o que acha que é capaz de realizar para alcançar os resultados que pretende (Boruchovitch & Bzuneck, 2004). Desta forma as crenças de auto-eficácia desempenham um papel fundamental nas decisões que o individuo toma referentes às escolhas de acção, ao estabelecimento de metas, e na quantidade de esforço e resiliência que vai depositar nessa mesma acção (Boruchovitch & Bzuneck, 2004).

Relativamente ao contexto académico, a auto-eficácia desempenha uma grande influência, uma vez que o aluno sente-se motivado e envolve-se nas actividades de aprendizagem no caso de acreditar que possui as capacidades necessárias para tal, e que dessa forma pode adquirir novos conhecimentos e melhorar as suas habilidades (Boruchovitch & Bzuneck, 2004). De acordo com Pajares (1996, cit. in Medeiros et. al, 2000) existem diversas pesquisas que indicam que os alunos que possuem uma maior crença de auto-eficácia apresentam maiores capacidades na resolução dos problemas, com recurso a estratégias cognitivas e metacognitivas assim como uma maior perseverança até resolver o problema, quando comparados com os indivíduos que apresentam crenças de auto-eficácia mais reduzidas.

Diversas pesquisas realizadas indicam que a motivação influencia directamente o desempenho escolar. Um baixo nível de motivação nos alunos implica a falta de interesse e de esforço por parte do aluno, o qual acaba por ser prejudicado uma vez que não aprende tudo o que pode e desta forma não desenvolve a sua capacidade ao máximo (Sternberg, 2000; cit. in Martinelli & Sassi, 2010). Por outro lado, um aluno com um alto nível motivacional envolve-se no processo de aprendizagem, recorre a todos os seus recursos e a estratégias adequadas para ultrapassar a tarefa com sucesso, desenvolvendo deste modo novas habilidades de domínio e compreensão (Bzuneck, 2001; cit. in Martinelli & Sassi, 2010), revelando entusiasmo na resolução dos problemas e orgulho quando os consegue concluir com sucesso (Guimarães & Boruchovitch, 2004; cit. in Martinelli & Sassi, 2010).

Bandura (1993, cit. in Martinelli & Sassi, 2010) realça o facto de que os alunos criam as suas próprias crenças, se acreditam neles mesmo ou não, se são bons ou maus alunos, se possuem ou não as capacidades cognitivas necessárias para ultrapassar as tarefas que vão enfrentar, se são inteligentes ou se acreditam ter uma predisposição para determinada matéria. Todas estas crenças vão influenciar o comportamento e desempenho do aluno, com um maior ou menor envolvimento e persistência no desempenho das tarefas escolares. Estas crenças afectam a quantidade de esforço dispensado para a realização das tarefas académicas, influenciando as expectativas, a persistência, e disposição para cumprir objectivos, o uso correcto e eficaz de estratégias de aprendizagem e a intensidade da motivação, entre outros aspectos (Lopes da Silva, Sá, Duarte, & Simão, 2004; cit. in Martinelli & Sassi, 2010).

Segundo Bandura (1986, cit. in Boruchovitch & Bzuneck, 2004), as crenças de auto-eficácia desempenham um papel mediador entre as capacidades reais (aptidões, conhecimentos, habilidades...) e a performance demonstrada, visto que para produzir os resultados esperados é necessário que ocorra a mediação das crenças de auto-eficácia. Alguns estudos realizados com base na teoria sócio-cognitiva têm destacado o papel dos mediadores cognitivos – o modo como as pessoas constroem a situação, interpretam os conhecimentos e organizam a informação relativamente a uma acção específica (Martinelli & Sassi, 2010).

## **7. Diferenciação entre Auto-Conceito e Auto-Eficácia**

O auto-conceito pode ser definido como a forma que o indivíduo se vê a ele mesmo, a maneira como se percebe, do que pode ser e conseguir e qual a opinião dos outros sobre si. Por outro lado, auto-eficácia é definida como sendo a crença que o indivíduo deposita nele mesmo e nas suas capacidades. De acordo com Skaalvik e Bong (2003, cit. in Neves e Faria, 2009) ambos os constructos apresentam uma ligação com a noção de competência pessoal, que dá origem quer à formação das percepções sobre o próprio assim, como às crenças relativas à capacidade pessoal, sendo deste modo considerados constructos afins.

Segundo os mesmos autores, o auto-conceito está ligado à noção de competência pessoal, e por esse motivo remete para avaliações relativas à capacidade intelectual de um modo geral, e também relativo às aptidões e competências mais específicas que cada indivíduo possui (Faria e Lima Santos, 2001; Harter, 1985; Marsh, 1990; Shavelson, 2003; cit. in Neves e Faria, 2009). A auto-eficácia estabelece-se na noção de competência pessoal, visto que é esta noção que possibilita aos indivíduos calcular a possibilidade de efectuarem as tarefas com sucesso e de alcançarem os resultados pretendidos, criando desta forma expectativas para a sua execução (Bandura, 1997; Bong e Skaalvik, 2003; Schunk e Pajares, 2005; Skaalvik e Bong, 2003; cit. in Neves e Faria, 2009).

No que diz respeito às diferenças entre estes dois constructos, o auto-conceito diz respeito a uma avaliação directa das capacidades e competências pessoais, e por outro lado, a auto-eficácia foca-se numa avaliação centrada nas crenças que os indivíduos

possuem relativas às suas capacidades e competências (Neves & Faria, 2009). De uma forma mais simples, o auto-conceito é um julgamento relativo à competência pessoal ("eu sou...", "eu tenho...") enquanto a auto-eficácia diz respeito a um julgamento relativo às crenças que cada um possui nas suas capacidades ("eu posso...", "eu consigo...") (Neves & Faria, 2009).

O aspecto referido anteriormente é a diferença mais relevante entre os dois constructos, porém de acordo com a literatura existente, é possível diferenciar o auto-conceito e a auto-eficácia em cinco elementos essenciais: a sua origem, a direcção da sua avaliação, a especificidade da sua avaliação, a natureza da sua avaliação, e por fim, a sua estabilidade temporal.

### **7.1. Origem**

No que diz respeito à origem dos constructos, enquanto o auto-conceito é fundado com base nas informações que o sujeito possui sobre as suas características, capacidades e competências pessoais; a auto-eficácia é criada entre o cruzamento das informações sobre as características, capacidades e competências pessoais com as informações sobre a tarefa a executar num determinado contexto e num determinado momento (Neves e Faria, 2009). Assim, as informações que o indivíduo possui sobre as suas características pessoais originam as percepções sobre si próprio - o auto-conceito; essas mesmas informações combinadas com as informações sobre a tarefa a realizar originam as expectativas de eficácia para executar a tarefa em questão - auto-eficácia.

### **7.2. Direcção da Avaliação**

Relativamente à direcção da avaliação dos constructos, o auto-conceito é caracterizado como retrospectivo e produz percepções, sendo um constructo que se baseia numa avaliação centrada no passado com origem na experiência pessoal, sendo criado a partir das experiências vividas (Markus & Nurius, 1986, cit. in Neves & Faria, 2009). A auto-eficácia é prospectiva criando expectativas, e baseia-se numa avaliação centrada no futuro, uma vez que diz respeito às crenças que o indivíduo detém sobre as suas capacidades para executar determinada tarefa a realizar (Neves e Faria, 2009).

### **7.3. Especificidade da Avaliação**

De acordo com Bong e Clark (1999, cit. in Neves & Faria, 2009) o auto-conceito é avaliado ao nível de domínios de realização (e.g.: leitura), enquanto a auto-eficácia é avaliada ao nível específico de determinada tarefa, sendo considerada um constructo microanalítico (e.g.: ler um texto em voz alta com a entoação correcta).

### **7.4. Natureza da Avaliação**

No que diz respeito à natureza da avaliação do constructo, o auto-conceito encontra-se ligado à comparação social, conforme vários estudos vieram demonstrar, como por exemplo o de Mark e Parker (1984, cit. In Neves & Faria, 2009) que demonstra a razão pela qual alunos de igual capacidade intelectual, quando inseridos em turmas de alunos excepcionais revelavam um auto-conceito baixo, mas quando inseridos numa turma com menores capacidades intelectuais demonstravam um auto-conceito elevado (Neves e Faria, 2009). Por outro lado, relativamente à auto-eficácia, apesar de sofrer uma certa influência do processo de comparação social, como por exemplo as experiências vicariantes, a avaliação deste constructo não reside em comparações com os outros mas antes nas experiências de realização pessoal e na estimativa da probabilidade de concretizar determinado objectivo com sucesso, independentemente dos outros possuírem ou não a mesma capacidade (Neves e Faria, 2009).

### **7.5. Estabilidade Temporal**

Por fim, a estabilidade temporal difere entre os dois constructos no aspecto que o auto-conceito, apesar de alguma disparidade de opiniões, é de maneira geral considerado como um constructo mais estável quando comparado com a auto-eficácia, uma vez que este constructo é em grande parte dependente das características da tarefa em questão (Neves e Faria, 2009). Bandura afirma que no momento em que as expectativas de eficácia são estabelecidas, tornam-se resistentes perante o fracasso, quando este é interpretado como provisório. No entanto alerta que como a auto-eficácia é um constructo microanalítico não deve ser percebido de forma estática nem encarado como um traço de personalidade (Neves e Faria, 2009).

### **Capítulo III: Estudo Empírico**

É possível verificar nos capítulos anteriores a definição e características do auto-conceito e da auto-eficácia, assim como as diferenças existentes entre estes dois constructos, e o seu enquadramento no ambiente institucional de crianças e jovens em risco. Na parte empírica deste trabalho é referida a justificação do estudo, os objectivos e hipóteses criadas para orientação, o tipo do desenho de investigação, a caracterização da amostra, assim como os materiais e procedimento utilizados. No final são apresentados os resultados obtidos e a respectiva discussão com base no programa estatístico SPSS (Statistic Package for Social Sciences) versão 19.

#### **1. Justificação do Estudo**

De acordo com o “Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento” referente a 2010, nos últimos 5 anos o número de crianças e jovens que se encontram em situações de acolhimento tem diminuído significativamente, verificando-se uma redução de 25% (Instituto de Segurança Social, 2011). É ainda referido no mesmo relatório que o número de entrada de crianças nestas instituições é menor. Como exemplo, no ano de 2009 deram entrada em regime de acolhimento 2187 crianças, enquanto no ano de 2010 deram entrada 1945 crianças e jovens (Instituto de Segurança Social, 2011).

Apesar do número de crianças institucionalizadas ter vindo a diminuir ao longo destes últimos 5 anos, qualquer institucionalização, devido às características que possui, pode provocar consequências negativas às crianças e jovens, em grande parte devido ao afastamento/abandono das crianças relativamente à família e pelas possíveis atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que esta situação pode causar. Entre outros aspectos pode-se destacar o excesso de regras na vida diária destas crianças e jovens que interfere com a definição do seu próprio espaço; o facto de viverem em grupo pode influenciar a organização da intimidade de cada um; se a institucionalização é por um período prolongado pode interferir na construção da autonomia pessoal; e ainda a dificuldade que estes menores demonstram em criar vínculos e relações de afecto neste tipo de ambiente (Isabel, 2002, cit. in Martins, 2005).

Por outro lado, de acordo com Zurita & Fernández del Valle (1996, cit. in Martins,

2005), este tipo de solução para as crianças e jovens em risco quando comparado com outros tipos de colocação tem os seus contributos, tais como: apresenta uma menor tendência a adaptações mal sucedidas; não exige a criação de relações afectivas com pessoas adultas que são consideradas estranhas e que podem provocar um sentimento comprometedor das suas fidelidades pessoais relativamente às famílias biológicas; o acolhimento institucional tenta promover o contacto entre as crianças e a família biológica, quando possível, e desenvolver ao máximo os laços afectivos entre estes, ao contrário do que se verifica por exemplo, no caso da relação entre uma família de origem e uma família de acolhimento, que muitas vezes competem pelo afecto da criança; estas instituições disponibilizam aos menores serviços especializados para o tratamento de problemáticas específicas e a realização de intervenções terapêuticas; a vida em grupo pode ser benéfica para a criança na medida em que facilita a criação de laços com diferentes pares e adultos, favorecendo a identificação com grupo de pares e o desenvolvimento da própria identidade.

A vida familiar é sem dúvida diferente da vida em acolhimento institucional, facto que pode conduzir as crianças e jovens que se encontram institucionalizados a percepcionarem-se como diferentes dos restantes. Neste tipo de instituições, não se verifica a presença da figura materna e da figura paterna, sendo estas substituídas por diversas figuras pouco consistentes. Por este motivo, é importante definir o nível de certos constructos, tais como o auto-conceito e a auto-eficácia, visto que as condições para que estes se desenvolvam de uma forma positiva não são as melhores, devido à dificuldade das instituições em proporcionar um ambiente adequado de socialização, relação e estimulação cognitiva.

O que se pretende verificar com este estudo, é qual o nível de Auto-Conceito e Auto-Eficácia presente nas crianças e jovens que se encontram institucionalizados na instituição onde se procedeu à realização do estudo, tendo em consideração a sua idade, o motivo de acolhimento institucional, a duração do acolhimento institucional, e se necessitam ou não de apoio psicológico.

## 2. Objectivos e Hipóteses de Estudo

O principal objectivo deste estudo é verificar qual o nível de auto-conceito e auto-eficácia apresentado pelos menores que se encontram em situação de acolhimento institucional. De uma forma mais específica pretende-se (1) verificar se ocorrem diferenças significativas no nível do auto-conceito e da auto-eficácia em função da idade dos menores; (2) verificar se existe algum tipo de relação entre ambos os constructos em ambiente in institucional; (3) analisar a relação entre o nível de auto-conceito e o nível da Auto-eficácia com o motivo de acolhimento institucional; (4) e por fim apurar a relação presente entre as condições gerais do acolhimento institucional com o nível do auto-conceito e de auto-eficácia apresentado pelas crianças e jovens. Para tal pretende-se verificar se ocorrem diferenças significativas no nível do auto-conceito e no nível da auto-eficácia em função da duração do acolhimento de cada menor, e também em função de necessitar ou não de apoio psicológico. As hipóteses para cada objectivo são enumeradas de seguida:

### Hipóteses:

H1a) Prevê-se que o nível de auto-conceito não seja influenciado pela idade

H1b) Prevê-se que o nível de auto-eficácia não seja influenciado pela idade

H1c) Prevê-se que o nível de auto-conceito seja reduzido devido ao fenómeno da institucionalização

H1d) Prevê-se que o nível de auto-eficácia seja reduzido devido ao fenómeno da institucionalização

H2) Espera-se encontrar uma relação positiva entre os constructos auto-conceito e auto-eficácia em ambiente institucional.

H3a) Prevê-se que as crianças/jovens que se encontrem institucionalizados por eventos traumáticos na família como vítima de maus tratos ou negligência, apresentem um auto-conceito inferior quando comparado com os jovens que foram institucionalizados por outro motivo.

H3b) Prevê-se que as crianças/jovens que se encontrem institucionalizados por eventos traumáticos na família como vítima de maus tratos ou negligência, apresentem uma

auto-eficácia inferior quando comparado com os jovens que foram institucionalizados por outro motivo.

H4a) Espera-se verificar um auto-conceito mais elevado nas crianças e jovens que se encontram a mais tempo institucionalizados

H4b) Espera-se verificar uma auto-eficácia mais elevada nas crianças e jovens que se encontram a mais tempo institucionalizados

H4c) Prevê-se que as crianças e jovens que têm apoio psicológico apresentem um auto-conceito reduzido quando comparados com os que não necessitam deste tipo de apoio.

H4d) Prevê-se que as crianças e jovens que têm apoio psicológico apresentem uma auto-eficácia reduzida quando comparados com os que não necessitam deste tipo de apoio.

### 3. **Metodologia**

Neste ponto é descrito o tipo de desenho da investigação, a caracterização dos participantes, a descrição dos materiais e o procedimento efectuado.

#### 3.1. ***Design da Investigação***

O estudo empírico realizado pode ser caracterizado, relativamente ao desenho de investigação, como um estudo correlacional, descritivo e transversal (Ribeiro, 1999). Este estudo é caracterizado como correlacional uma vez que pretende determinar a ocorrência de determinadas correlações entre diferentes variáveis; é do tipo descritivo pois permite caracterizar e descrever a população em estudo; e é caracterizado como um estudo transversal porque avalia apenas um grupo representativo da população em estudo realizando-se um único momento de recolha de dados (Ribeiro, 1999).

#### 3.2. **Instrumentos**

A recolha de dados efectuou-se com recurso a questionários anónimos, constituídos por três partes: o questionário sociodemográfico, a escala para avaliar o nível de auto-conceito [(PHCSCS-2)] e a escala para avaliar o nível de auto-eficácia (“*Como eu sou*”) presente na amostra em estudo.

O questionário sociodemográfico pretende obter informações relativas à idade de cada participante, o ano e o tipo de escolaridade (ensino regular/ensino alternativo) que frequenta, a data em que deu entrada na instituição, o motivo que levou à sua institucionalização e se frequenta regularmente o psicólogo/a.

O instrumento utilizado para avaliar o auto-conceito nas crianças e jovens foi a escala “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*” (PHCSCS-2) reduzida a 60 itens por Piers & Herzberg em 2002, com adaptação à população portuguesa por Feliciano Veiga em 2006. O PHCSCS foi desenvolvido na década de 60 pelos autores Piers & Harris, sendo inicialmente constituído por 80 itens e 6 factores. Este instrumento foi revisto na década de 80, e em 2002 surge a versão reduzida a 60 itens criada por Piers & Herzberg, que mantém os 6 factores da versão original: aspecto comportamental, ansiedade, estatuto intelectual, popularidade, aparência física e satisfação-felicidade (Veiga, 2006).

Relativamente à cotação deste instrumento, em cada item é atribuído 1 ou 0 pontos, dependendo se a resposta do indivíduo revela ou não uma percepção positiva ou negativa de si mesmo. Para exemplificar, no item 15 “Sou forte” a pontuação é 1 se a resposta for “sim”, e 0 se a resposta for “não”. Neste instrumento estão presentes itens invertidos, como por exemplo o item 40 “sou infeliz”, onde se a resposta dada pelo indivíduo for “sim” a pontuação é 0, e se for “não” a pontuação é 1. A pontuação máxima neste instrumento é de 60 pontos e a mínima de 0 pontos. No que diz respeito às dimensões que constituem este instrumento, as dimensões “aspecto comportamental” e “estatuto intelectual” apresentam uma cotação entre 0 e 13; a dimensão “popularidade” apresenta uma cotação entre 0 e 10; e as dimensões “ansiedade”, “aparência física” e “satisfação-felicidade” apresentam uma cotação entre 0 e 8.

No que diz respeito às qualidades psicométricas deste instrumento (quadro 1), a adaptação realizada por Veiga (2006) revela coeficientes altos, principalmente no factor estatuto intelectual; o factor geral para qualquer um dos grupos evidencia um coeficiente superior a 0.85. Uma vez que se trata de uma escala dicotómica e que os factores popularidade e satisfação-felicidade apresentam poucos itens, os coeficientes alcançados são considerados como aceitáveis (Veiga, 2006).

**Quadro 1: Coeficientes de consistência interna do PHCSCS-2 (Veiga, 2006)**

Grupo	AC	AN	EI	PO	AF	SF	PTOT
<b>Amostra Total</b>	.74	.62	.75	.70	.72	.67	.90
<b>Masculino</b>	.72	.60	.64	.66	.68	.66	.86
<b>Feminino</b>	.76	.62	.77	.67	.77	.67	.88

No que diz respeito à análise factorial do instrumento, a rotação *varimax* evidencia 6 factores específicos – aspecto comportamental, ansiedade, estatuto intelectual, popularidade, aparência física, satisfação-felicidade – com uma variância total de 34,02. Os resultados alcançados nesta adaptação à população portuguesa vão de encontro a resultados alcançados num estudo realizado por Piers & Herzberg (2002), apenas com a diferença de que na adaptação à população portuguesa cada item diz respeito apenas a um factor (Veiga, 2006).

O instrumento utilizado para avaliar o nível de auto-eficácia nos jovens institucionalizados foi a escala “*Como eu sou*”, adaptada a partir do “*The Self-Efficacy Scale*” de Sherer, Maddux, Mercandante, Prentice-Dunn, Jacobs e Rogers (1982, cit. in Ribeiro, 1995). A escala original é formada por 23 itens, após ter sido sujeita a tratamento estatístico de uma versão que apresentava originalmente 36 itens escolhidos com base na validade do conteúdo (Ribeiro, 1995). Os autores dividiram a escala em dois factores, sendo o 1º factor denominado “auto-eficácia geral” constituído por 17 itens, e que de acordo com os mesmos poderia ser dividido em duas dimensões: iniciação e persistência; e eficácia perante a adversidade; o segundo factor denominado “auto-eficácia social” é formado por 6 itens (Ribeiro, 1995). As respostas deste instrumento são dadas numa escala tipo Lickert de 14 pontos.

Relativamente à adaptação à população portuguesa, os autores optaram por recorrer a uma solução ortogonal-*varimax* com três factores, incluindo 15 dos 23 itens da versão original, e a uma escala tipo Lickert de 7 pontos, apresentando uma variância total de 52,9% (Ribeiro, 1995). Estes resultados vão ao encontro de outros estudos realizados como o de Wigal, Creer & Kotses (1991) que explica 57,4% da variância total. Quando comparado com o estudo original de Sherer et al. (1982), formado por 2

factores e 23 itens apresentando uma variância total de 35%, verifica-se que apesar de apresentar menos itens (15) o instrumento adaptado à população portuguesa apresenta melhores propriedades estatísticas do que o original (Ribeiro, 1995). Na versão adaptada à população portuguesa surgem então 3 factores: 1º iniciação e persistência (IP), que inclui 6 itens e avalia a apreciação do individuo relativa à sua vontade em iniciar e completar uma acção; 2º eficácia perante a adversidade (EPA), formado por 5 itens e que avalia a persistência do individuo em situações adversas; 3º eficácia social (ES), constituído por 4 itens, qualifica as expectativas do indivíduo perante situações sociais (Ribeiro, 1995).

Por fim, no que diz respeito à cotação do instrumento, em cada item é atribuído o valor 1 à letra A e o valor 7 à letra G, excepto nos itens invertidos (3,4,5,7,8,9,10,12,14,15) em que a letra A corresponde a 7 pontos, e a letra G corresponde a 1 ponto. Desta forma, a dimensão “Iniciação e Persistência” pode ser cotada com o valor mínimo de 6, e o valor máximo de 42; a dimensão “Eficácia Perante a Adversidade” pode ser cotada com o valor mínimo de 5 e o valor máximo de 35; e a dimensão “Eficácia Social” pode ser cotada com o valor mínimo de 4 e o valor máximo de 28. Relativamente ao resultado total do instrumento, este apresenta valores de cotação compreendidos entre 15 e 105.

### 3.3. Procedimento

Para dar início à aplicação dos questionários, foi requerida a autorização necessária junto da Directora da Instituição onde foram recolhidos os dados, revelando qual o objectivo do estudo e fornecendo todas as informações relativas à investigação, garantindo o anonimato de todos os jovens envolvidos no estudo. Após confirmar a autorização, iniciou-se a aplicação individual dos questionários junto das crianças e jovens.

A aplicação dos questionários decorreu, em grande parte, no gabinete de Psicologia da Instituição perante a presença do psicólogo, e em alguns casos, nas salas de estudo para onde os menores são encaminhados quando regressam da escola. Antes de prosseguir com a aplicação dos questionários, foi explicado a todos os jovens o objectivo do estudo e fornecidas as instruções para o preenchimento correcto de todos

os questionários, pedindo a sua colaboração e honestidade, realçando que todas as informações recolhidas mantêm-se anónimas, tendo como único objectivo utilizar essa informação para a realização de uma investigação no âmbito do mestrado em Psicologia Jurídica e com fins apenas estatísticos.

Em seguida, foram fornecidos todos os questionários (que apresentavam as instruções gerais redigidas na 1ª página) a cada criança/jovem, que responderam sequencialmente ao questionário sociodemográfico, à escala de auto-eficácia “*Como eu sou*” e à escala de auto-conceito “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*” (PHCSCS-2). Quando terminaram verificou-se se todos os questionários se encontravam preenchidos correctamente, de forma a evitar resultados inválidos.

### 3.4. Participantes

A amostra em estudo, constituída por 61 indivíduos do sexo masculino, é caracterizada como sendo *não probabilística*, visto que não é representativa de toda a população; *intencional* uma vez que foi seleccionada intencionalmente pelo investigador devido às características que apresenta; e *sequencial* uma vez que os elementos que constituem a amostra são escolhidos apenas “*na base primeiro que aparece, primeiro escolhido*”, isto é, os indivíduos que podem integrar a amostra são incluídos conforme surgirem (JAMA, 1996, cit. in Ribeiro, 1999).

## Capítulo IV: Apresentação de resultados

### 4.1. Caracterização da amostra

A amostra relativa a este estudo é formada por 61 crianças e jovens que se encontram institucionalizados, todos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 9 e os 22 anos de idade, sendo a média de idades de 15 anos com um desvio padrão de 2 (quadro 1). O tempo que cada criança/jovem se encontra institucionalizado

varia entre 1 mês e 175 meses (aproximadamente 15 anos), sendo que o tempo médio de institucionalização é de 41 meses com um desvio padrão de 43 (quadro 1).

**Quadro 2: Análise da amostra relativa à idade**

	Idade	Data da Institucionalização_ meses
Média	15,33	41,26
Desvio Padrão	2,599	43,597
Mínimo	9	1
Máximo	22	175
Total	61	61

Relativamente ao tipo de ensino, 59% da amostra frequenta o ensino alternativo, 31,1 % o ensino regular e 9,8% não se encontram inscritos em qualquer estabelecimento escolar. No que diz respeito ao ano de escolaridade que frequentam, a maior percentagem verifica-se no 9º ano de escolaridade com 18 % e a menor no 4º ano de escolaridade com 1,6 %, sendo a mesma percentagem dos alunos que se encontram em estágio académico.

A maior parte da amostra em estudo encontra-se institucionalizada devido a negligência familiar (41%) ou por ser vítima de maus tratos (16,4%), enquanto os motivos menos frequentes que levaram à institucionalização são o “abandono escolar”, “persistência de integração escolar e falta de acompanhamento educativo por parte da família”, “conflitos familiares e fugas de casa”, “abandono por parte da progenitora” e “emigração da progenitora”, todos com uma percentagem de 1,6 o que equivale apenas a um indivíduo entre os 61 que compõe a amostra. Verifica-se também diversos casos em que os menores se encontram institucionalizados devido a mais do que um motivo.

No quadro 3 apresentam-se a frequência e a percentagem de todos os motivos existentes nesta amostra.

**Quadro 3: Motivos de Institucionalização**

	Frequência	Porcentagem
Negligência por parte dos progenitores (como maus tratos, abandono, falta de condições, entre outros).	54	88,5
Motivos de âmbito escolar (como abandono, comportamentos desadequados, entre outros).	15	24,6
Relações familiares problemáticas (por exemplo, conflitos e fugas de casa).	7	11,5
Dependências dos progenitores.	6	9,9
Transferência de outra instituição.	4	6,6
Falecimento da progenitora.	3	4,9

#### 4.2. Apresentação dos resultados

Após concluir a cotação dos instrumentos utilizados, iniciou-se a codificação de todos os dados obtidos e respectiva introdução no programa estatístico SPSS (Statistic Package for Social Sciences) versão 19.

Relativamente ao objectivo 1, efectuaram-se análises descritivas com a intenção de determinar qual a percepção que estas crianças e jovens têm sobre si mesmos, no que diz respeito ao auto-conceito e à auto-eficácia, sendo que os instrumentos utilizados apresentam uma cotação compreendida entre 0 e 60 (auto-conceito), e entre 15 e 105 (auto-eficácia).

Como se pode verificar no quadro 5 (Análise Descritiva), a amostra em estudo apresenta para ambos os constructos uma média normal, o que revela que os indivíduos presentes nesta amostra apresentam uma percepção positiva sobre a sua competência pessoal.

Ao analisar as diferentes dimensões de cada constructo, e como já foi referido anteriormente onde as dimensões do auto-conceito “aspecto comportamental” (A.C.) e “estatuto intelectual” (E.I.) apresentam uma cotação entre 0 e 13; a dimensão “popularidade” (POP) apresenta uma cotação entre 0 e 10; e as dimensões “ansiedade” (AN.), “aparência física” (A.F.) e “satisfação-felicidade” (S.F.) apresentam uma cotação entre 0 e 8.

Relativamente à auto-eficácia, a dimensão “Iniciação e Persistência” (I.P.) pode ser cotada com o valor mínimo de 6, e o valor máximo de 42; a dimensão “Eficácia Perante a Adversidade” (E.P.A.) pode ser cotada com o valor mínimo de 5 e o valor máximo de 35; e a dimensão “Eficácia Social” (E.S.) pode ser cotada com o valor mínimo de 4 e o valor máximo de 28.

Através dos resultados apresentados é possível verificar que em média, os valores apresentados relativamente às dimensões que avaliam o auto-conceito são positivos em todas elas. No que diz respeito às dimensões que avaliam a auto-eficácia, os valores encontrados revelam-se também positivos não existindo nenhum resultado que revele o valor mínimo em qualquer uma das dimensões, apresentando uma média de resultados dentro dos parâmetros esperados.

**Quadro 4: Análise Descritiva**

<b>Constructos</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Media</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Aspecto Comportamental	1	13	8,69	2,91
Ansiedade	0	8	4,30	1,71
Estatuto Intelectual	0	13	8,44	2,65
Popularidade	1	10	7,08	2,26
Aparência Física	1	8	5,39	1,97
Satisfação-Felicidade	2	8	6,72	1,36
<b>Auto-conceito Total</b>	<b>11</b>	<b>58</b>	<b>40,62</b>	<b>9,07</b>
Iniciação e Persistência	18	42	29,05	5,93
Eficácia Perante a Adversidade	13	35	27,08	6,18
Eficácia Social	10	28	20,49	4,35
<b>Auto-eficácia Total</b>	<b>53</b>	<b>102</b>	<b>76,62</b>	<b>13,08</b>

Pretendeu-se também verificar se ocorriam diferenças significativas no nível do auto-conceito e no nível da auto-eficácia em função da idade, e para tal utilizou-se a correlação de Pearson. Como se pode verificar no quadro 6, a correlação existente é positiva e moderada, sendo um pouco mais forte a correlação entre a idade e a auto-eficácia. Deste modo quanto maior for a idade do indivíduo, maior será a sua percepção sobre si mesmo, no que diz respeito ao auto-conceito e à auto-eficácia.

**Quadro 5: Análise Correlacional**

		Auto-conceito	Auto-eficácia
<b>Idade</b>	Correlação de Pearson	,311	,409
	Sig. (2-tailed)	,015	,001
	N	61	61

**Quadro 6: Análise Correlacional das Dimensões de cada constructo**

	Aspecto comporta- mental	Ansiedade	Estatuto intelectual	Popula- ridade	Aparência Física	Satisfação- Felicidade	Iniciação- Persistência	Eficácia Perante Adversidade	Eficácia Social
<b>Idade</b>									
Correlação Pearson	,230	,252	,252	,285	,176	,045	,532	,212	,203
Sig. (2-tailed)	,075	,050	,050	,026	,174	,729	,000	,101	,117
N	61	61	61	61	61	61	61	61	61

No que diz respeito aos factores de cada instrumento, como se pode verificar no quadro 7, verificam-se diferenças estatisticamente significativas no factor “iniciação e persistência” (auto-eficácia) que apresenta valores de  $p = 0,000$  e  $r = 0,532$ , o que indica a existência de uma correlação positiva, significativa e moderada. Estes resultados revelam que com o avançar da idade, estas crianças e jovens evidenciam uma maior vontade em iniciar e completar uma acção. Observa-se a mesma situação com os factores ansiedade ( $p = 0,050$  e  $r = 0,252$ ), estatuto intelectual ( $p = 0,050$  e  $r = 0,252$ ), e popularidade ( $p = 0,026$  e  $r = 0,285$ ), pertencentes ao instrumento de avaliação do auto-conceito. Os dados obtidos indicam que com o aumento da idade, aumenta também a percepção destes menores em relação a estes factores.

Na verificação da hipótese 2, relativa a uma relação entre o auto-conceito e auto-eficácia, utilizou-se a correlação de Pearson. Como se pode verificar no quadro 8, foi possível determinar que a correlação linear existente entre estes dois constructos é positiva e moderada, apresentando um coeficiente de correlação linear de 0,458, sendo uma correlação significativa ( $p \leq 0,05$ ). Deste modo quanto mais elevada a percepção que o indivíduo tem sobre si mesmo relativamente ao auto-conceito, mais elevada será relativamente à auto-eficácia, e vice-versa. Estes resultados vão de encontro à hipótese 2

“espera-se encontrar uma relação positiva entre os constructos auto-conceito e auto-eficácia em ambiente institucional”.

**Quadro 7: Análise Correlacional entre os constructos e respectivas dimensões**

		Aspecto Comportamental	Ansiedade	Estatuto Intelectual	Popularidade	Aparência Física	Satisfação-Felicidade	Auto-Conceito Total
<b>Iniciação e Persistência</b>	Correlação Pearson Sig. (2-tailed)	,326 ,010	,239 ,064	,348 ,006	,480 ,000	,307 ,016	-,081 ,534	,425 ,001
<b>Eficácia Perante Adversidade</b>	Correlação Pearson Sig. (2-tailed)	,431 ,001	,260 ,043	,289 ,024	,084 ,519	-,011 ,934	-,007 ,956	,289 ,024
<b>Eficácia Social</b>	Correlação Pearson Sig. (2-tailed)	,212 ,101	,144 ,267	,398 ,001	,419 ,001	,268 ,037	,089 ,496	,387 ,002
<b>Auto-Eficácia Total</b>	Correlação Pearson Sig. (2-tailed)	,422 ,001	,279 ,029	,426 ,001	,396 ,002	,223 ,085	-,011 ,935	,458 ,000

Realizou-se também a correlação entre as diferentes dimensões de ambos os constructos, como se pode verificar no quadro 8, e os resultados revelam correlações positivas e significativas entre as dimensões “Iniciação e Persistência” (auto-eficácia) com as dimensões do auto-conceito “Aspecto Comportamental” que apresenta um valor de  $p = 0,010$  e  $r = 0,326$ ; “Estatuto Intelectual” com valores de  $p = 0,006$  e  $r = 0,348$ ; “Popularidade” com valores de  $p = 0,000$  e  $r = 0,480$ ; e “Aparência Física” com valores de  $p = 0,016$  e  $r = 0,307$ . Estes resultados indicam que quanto maior a vontade revelada pelos menores em iniciar e executar uma acção, mais positiva será a percepção pessoal apresentada pelos mesmos relativamente ao aspecto comportamental, estatuto intelectual, popularidade e aparência física que possuem. Relativamente à dimensão “Eficácia Perante Adversidade” (auto-eficácia) verificam-se correlações significativas e positivas com as dimensões “Aspecto Comportamental” ( $p = 0,001$  e  $r = 0,431$ ); “Ansiedade” ( $p = 0,043$  e  $r = 0,260$ ); e “Estatuto Intelectual” ( $p = 0,024$  e  $r = 0,289$ ). Estes dados revelam que quanto mais activo for o sentido de persistência apresentado por estes menores quando confrontados com situações adversas, mais reforçadas e positivas serão as percepções apresentadas pelos mesmos relativamente ao comportamento, à ansiedade e ao estatuto intelectual. Na dimensão “Eficácia Social”

observam-se correlações significativas e positivas com as dimensões “Estatuto Intelectual” ( $p = 0,001$  e  $r = 0,398$ ), “Popularidade” ( $p = 0,001$  e  $r = 0,419$ ) e “Aparência Física” ( $p = 0,037$  e  $r = 0,268$ ); estes resultados indicam que quanto mais elevadas forem as expectativas destes menores perante situações sociais, mais confiantes se vão sentir relativamente às suas capacidades intelectuais, nas suas relações com outros semelhantes e também relativamente à sua imagem corporal, e vice-versa.

Por fim, verificam-se também correlações significativas, positivas e moderadas entre a “auto-eficácia” e as dimensões “aspecto comportamental”, “ansiedade”, “estatuto intelectual” e “popularidade” que avaliam o auto-conceito. Estes dados demonstram que se os menores apresentarem uma percepção positiva de auto-eficácia, vão também sentir-se mais confiantes no seu comportamento e capacidade intelectual, assim como nas relações com os outros, e podem ainda evidenciar uma menor ansiedade. Observam-se também correlações significativas, positivas e moderadas entre o “auto-conceito” e todas as dimensões que avaliam a auto-eficácia: “iniciação e persistência”, “eficácia perante adversidade”, e “eficácia social”. Estes resultados indicam que se os menores possuírem uma percepção positiva sobre si próprios, sobre as capacidades e competências que detêm, vão revelar uma maior iniciativa para executar e completar uma acção, assim como uma maior persistência quando se depararem com situações adversas, e ainda maiores expectativas perante situações sociais. Estes dados reforçam a ideia de que “auto-conceito” e “auto-eficácia” são constructos bastante semelhantes, facto que se pode verificar nas correlações existentes entre as diferentes dimensões que constituem cada instrumento.

Na análise da hipótese 3, que pretende determinar o tipo de relação entre o nível de auto-conceito e o nível da auto-eficácia com o motivo de acolhimento institucional utilizou-se o *t-test* para amostras independentes. Após verificação dos resultados, apenas um dos motivos de institucionalização, o “absentismo escolar”, apresentou diferenças estatisticamente significativas. Por este motivo, o quadro 9 apresenta apenas os resultados entre o auto-conceito e a auto-eficácia com o único motivo de institucionalização que apresentou diferenças estatisticamente significativas – o absentismo escolar.

Como se pode verificar no quadro 9, o motivo “absentismo escolar” não apresenta diferenças significativas relativamente à auto-eficácia. No que diz respeito ao auto-conceito apresenta um valor de  $t = -2.381$  e  $p = 0,020$ , logo, verificam-se diferenças significativas entre este constructo e o motivo “absentismo escolar”. Estes resultados sugerem que as crianças/jovens que se encontram institucionalizados devido ao “absentismo escolar” ( $M = 34,22$ ) percebem-se como tendo um auto-conceito inferior, em comparação com os restantes jovens que se encontram institucionalizados por outros motivos ( $M = 41,73$ ).

Relativamente aos factores que constituem cada instrumento, no que diz respeito ao auto-conceito verificam-se diferenças significativas no factor “aspecto comportamental” que apresenta um valor de  $p = 0,007$  com o motivo de institucionalização “absentismo escolar”, o que indica uma menor percepção pessoal por parte dos menores institucionalizados por absentismo escolar relativamente ao aspecto comportamental ( $M = 6,33$ ) em comparação com as restantes crianças/jovens que se encontram em ambiente institucional por diferentes motivos ( $M = 9,10$ ); verificam-se também diferenças estatisticamente significativas entre o mesmo motivo de institucionalização e o factor “estatuto intelectual” com um valor de  $p = 0,009$ , que revela que as crianças e jovens que se encontram institucionalizadas devido ao absentismo escolar evidenciam uma percepção de estatuto intelectual inferior ( $M = 6,33$ ) quando comparadas com os restantes menores que se encontram na instituição de acolhimento ( $M = 8,81$ ). Observam-se ainda diferenças estatisticamente significativas relativamente ao factor “aspecto comportamental” com o motivo de institucionalização “a progenitora não reúne as condições necessárias”, que apresenta um valor de  $p = 0,009$ , o que indica que os menores institucionalizados por este motivo ( $M = 3,50$ ) revelam uma fraca percepção do seu aspecto comportamental em comparação com as crianças/jovens institucionalizados por diferentes motivos ( $M = 8,86$ ).

Na escala que avalia a auto-eficácia, apenas o factor “eficácia perante a adversidade” revela diferenças estatisticamente significativas no motivo “transferência de outra instituição”, com um valor de  $p = 0,05$ , o que aponta para que as crianças e jovens transferidos de outra instituição revelem um sentido inferior de persistência perante situações adversas ( $M = 21,25$ ) em relação aos jovens que se encontram institucionalizados por outros motivos ( $M = 27,49$ ).

**Quadro 8: Análise de comparação relativa ao motivo “absentismo escolar”**

Motivo: absentismo escolar		Média	Desvio Padrão	t	gl	p
<b>Auto-eficácia</b>	<b>Sim</b>	73,67	17,421	-0,731	59	0,467
	<b>Não</b>	77,13	12,326			
<b>Auto-conceito</b>	<b>Sim</b>	34,22	13,246	-2,381	59	0,020
	<b>Não</b>	41,73	7,792			

Na constatação do objectivo 4, o qual pretende verificar a relação presente entre as condições gerais do acolhimento institucional (duração do acolhimento e apoio psicológico) com o nível do auto-conceito e de auto-eficácia apresentado pelas crianças e jovens, recorreu-se à correlação de Pearson para verificar se existe algum tipo de relação entre o tempo que estas crianças/jovens se encontram institucionalizadas e a forma como se percebem a si mesmas relativamente ao auto-conceito e à auto-eficácia, e utilizou-se também o *t-test* para amostras independentes para comparar o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia em jovens que não têm apoio psicológico, e em jovens que frequentam regularmente o psicólogo.

O tempo médio de institucionalização da amostra em estudo é de 41 meses (3 anos e 5 meses). Como se pode verificar no quadro 9, a correlação entre o tempo de institucionalização e ambos os constructos é significativa, positiva e moderada. No caso da auto-eficácia a correlação apresenta um valor de  $r = 0,335$  e de  $p \leq 0,01$ , e relativamente ao auto-conceito a correlação possui um valor de  $r = 0,478$  sendo um pouco mais forte em comparação com a auto-eficácia, e um valor de  $p \leq 0,01$ . Estes dados sugerem que quanto maior for a duração da institucionalização, mais elevado será o sentido de auto-conceito e de auto-eficácia apresentado pelos menores.

**Quadro 9: Análise Correlacional entre o tempo de institucionalização e ambos os constructos**

		Auto-eficácia	Auto-conceito
Tempo de Institucionalização (meses)	Correlação Pearson	,335	,478
	Sig. (2-tailed)	,008	,000
	N	61	61

No que diz respeito aos factores que constituem cada instrumento de avaliação, verifica-se uma correlação positiva e significativa no factor “Iniciação e Persistência”, com valores de  $p = 0,015$  e  $r = 0,331$ ; e no factor “Eficácia perante a adversidade” com valores de  $p = 0,033$  e  $r = 0,274$ , ambos relativos ao instrumento que avalia a auto-eficácia. Estes dados sugerem que quanto maior o tempo de institucionalização, maior é a apreciação do individuo relativa à sua vontade em iniciar e completar uma acção e a sua persistência perante situações adversas. No factor “eficácia social” não se verifica qualquer tipo de diferença estatisticamente significativa.

Relativamente aos factores que constituem o instrumento que avalia o auto-conceito, todos apresentam diferenças estatisticamente significativas com excepção do factor “satisfação-felicidade” que apresenta valores de  $p = 0,115$  e  $r = 0,204$ . Nos restantes factores todas as correlações são positivas, significativas e moderadas. Os resultados indicam que com o aumento do período de institucionalização, os menores demonstram maior confiança nas suas relações com os outros e nas suas capacidades intelectuais, assim como uma menor ansiedade, e acreditam possuir um comportamento adequado e confiança na sua imagem corporal.

Relativamente ao tipo de relação entre o nível de auto-conceito e o nível da auto-eficácia com o facto de os menores possuírem ou não apoio psicológico, pode-se verificar no quadro 10 que o nível de auto-eficácia e auto-conceito apresentam diferenças estatisticamente significativas, revelando um valor de  $p \leq 0,05$ .

No que diz respeito à auto-eficácia os menores que frequentam o psicólogo apresentam um menor sentido de auto-eficácia ( $M = 71,59$ ) quando comparados com os que não possuem qualquer tipo de apoio psicológico ( $M = 81,19$ ). Verifica-se a mesma situação relativamente ao nível de auto-conceito, onde as crianças/jovens que possuem apoio psicológico apresentam crenças debilitadas nas suas capacidades e competências ( $M = 36,86$ ) em comparação com as crianças/jovens que não necessitam de apoio psicológico e acreditam possuir as capacidades e competências necessárias para enfrentarem os obstáculos com que se depararem ( $M = 44,03$ ).

**Quadro 10: Análise de comparação relativa ao factor “apoio psicológico”**

Apoio Psicológico		Média	Desvio Padrão	T	gl	p
<b>Auto-eficácia</b>	<b>Sim</b>	71,59	13,468	-3,055	59	0,003
	<b>Não</b>	81,19	11,052			
<b>Auto-conceito</b>	<b>Sim</b>	36,86	8,947	-3,334	59	0,001
	<b>Não</b>	44,03	7,847			

## Capítulo V: Discussão dos Resultados

De acordo com o estudo efectuado por Weininger & col. (1972, cit. in Pasion & Jacquemin, 1999), que pretendia verificar a existência ou não de mudanças emocionais em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas, recorrendo ao estudo da auto-imagem, os menores institucionalizados apresentavam uma imagem corporal mais distorcida de si próprios, em comparação com os menores não institucionalizados. Os mesmos autores referem que o fenómeno da institucionalização pode conduzir a mudanças emocionais nestas crianças, e desta forma afectar a auto-estima das mesmas (Pasion & Jacquemin, 1999), devido às diferenças evidentes que se encontram entre um quotidiano numa instituição e um quotidiano num lar e em ambiente familiar.

Alguns estudos indicam ainda que certos factores como a separação familiar ou a vivência de experiências violentas podem conduzir a alterações na auto-estima e na imagem corporal que o sujeito possui (Lakin, 1956; Weininger & col., 1972; Leichtman, Burnett & Robinson, 1981; Johnston & Johnston, 1986; cit. in Pasion & Jacquemin, 1999).

Segundo os resultados obtidos no estudo realizado por Pasion & Jacquemin (1999), que através de desenhos do auto-retrato estudaram a imagem corporal e o auto-conceito de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas, as crianças que se encontram em ambiente institucional encontram-se mais vulneráveis a perturbações emocionais, revelando dessa forma um nível de auto-conceito inferior quando comparados com as crianças que não se encontram institucionalizadas. Neste mesmo estudo, os autores verificaram que não existia nenhum tipo de correlação entre os factores emocionais e a idade dos menores institucionalizados. Por outro lado, o tempo

de institucionalização revelou-se importante na qualidade dos desenhos de auto-retratos obtidos, evidenciando uma diminuição nos sinais de transtorno afectivo com o aumento da institucionalização. Numa interpretação pessoal e para tentar simplificar estas ideias, é possível verificar situações em que os menores institucionalizados que se encontram na mesma faixa etária, por exemplo 14 anos, vão revelar diferentes capacidades nos desenhos de auto-retrato, seguindo a linha de pensamento do estudo demonstrado anteriormente. Assim, os menores que se encontram em ambiente institucional, por exemplo desde os 8 anos de idade, em comparação com os menores que se encontram institucionalizados por exemplo desde os 13 anos de idade, evidenciam uma melhor qualidade nos desenhos de auto-retrato e uma diminuição nos sinais de transtorno afectivo, apesar de actualmente terem a mesma idade. Desta forma a institucionalização desempenha um papel positivo na vida destes menores. Estes resultados indicam que a institucionalização tem influência sobre a elaboração do auto-conceito e da auto-imagem corporal dos indivíduos, em grande parte devido aos factores sócio afectivos envolvidos neste processo (Pasion & Jacquemin, 1999).

Através desta informação criou-se o objectivo 1 “Demonstrar o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia num grupo de crianças e jovens que se encontram institucionalizados”, com o objectivo específico de verificar se o nível do auto-conceito e o nível de auto-eficácia variava em função da idade. No que diz respeito às hipóteses H1a e H1b, que prevêem que o nível de auto-conceito (H1a) e o nível de auto-eficácia (H1b) não sejam afectados pela idade, os resultados obtidos indicam que existe uma correlação positiva entre estes constructos e a idade dos indivíduos, o que revela que quanto maior for a idade de cada individuo, maior é o nível de auto-conceito e de auto-eficácia que apresenta. Desta forma as hipóteses H1a H1b são rejeitadas.

Os resultados obtidos revelaram ainda que o nível de auto-conceito e de auto-eficácia percebido pelos jovens presentes na amostra em estudo encontram-se dentro dos parâmetros normais, não sendo desta forma afectada a sua noção de competência pessoal, o que contraria a hipótese H1c que previa que o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia revelassem resultados inferiores à média, sendo assim esta hipótese rejeitada.

O objectivo 2 pretende determinar a relação existente entre o auto-conceito e a auto-eficácia em ambiente institucional. De acordo com a literatura, o auto-conceito e a auto-eficácia são constructos bastante semelhantes, visto que ambos dizem respeito à noção de competência pessoal que origina a formação das percepções sobre o próprio (auto-conceito), assim como as crenças relativas à capacidade pessoal (auto-eficácia) (Skaalvik & Bong, 2003, cit. in Neves & Faria, 2009). Devido a esta semelhança, prevê-se a existência de uma relação positiva entre ambos os constructos em ambiente institucional (H2). Os resultados obtidos vão de encontro à hipótese formulada, o que indica que quanto mais elevada a percepção que o individuo tem sobre si mesmo relativamente ao auto-conceito, mais elevada será relativamente à auto-eficácia, e vice-versa.

Relativamente ao objectivo 3 que pretende analisar a relação entre o nível de auto-conceito e o nível da auto-eficácia com o motivo de acolhimento institucional, Velarde e Martinez (2008) referem que, devido à falta de participação por parte das instituições no apoio à formação da personalidade dos menores, que segundo os autores se verifica devido à escassez de pessoas com formação e ao grande número de menores institucionalizados, dá-se prioridade à satisfação de necessidades de autoconservação dos menores deixando para segundo plano o desenvolvimento afectivo dos mesmos. Este facto dificulta a formação de uma segurança básica e a construção da identidade dos menores, visto que é a presença de uma figura significativa que ajuda a criança a construir esse sentimento de segurança necessário para enfrentar os desafios da vida adulta (Levi, 1985, cit. in Velarde e Martinez, 2008).

Desta forma, torna-se difícil para as crianças e jovens institucionalizadas adquirirem um sentido de individualidade, uma vez que neste ambiente dificilmente são considerados como singulares (Kaes, 1998, cit. in Velarde e Martinez, 2008). Nesta linha de pensamento, Pezo del Pino (1981, cit. in Velarde e Martinez, 2008) realça a probabilidade destes menores desenvolverem um falso *self*, tornando-se em pessoas submissas com relacionamentos onde reagem de acordo com o que os outros esperam ou desejam deles. Este falso *self* pode conduzi-los a viver com base na imitação de outros, incapacitando o estabelecimento de processos de identificação adequada (Winnicott, 1996, cit. in Velarde e Martinez, 2008), o que dificulta as suas capacidades de interagir com outras pessoas e origina uma baixa auto-estima. Este aspecto tem maior

probabilidade de ser verificado nos menores institucionalizados por motivos como abandono, negligência ou falecimento dos progenitores, ao contrário daqueles que se encontram institucionalizados devido ao risco social ou pobreza extrema, que podem entender a institucionalização como uma medida tomada pelos progenitores para um maior conforto e bem-estar deles próprios (Velarde e Martinez, 2008).

É importante realçar que a literatura existente sobre este tema demonstra que em alguns casos, os menores encaram a institucionalização como um aspecto positivo nas suas vidas (Dell’Aglío, 2000, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006). No estudo efectuado por Arpini (2003, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006), os resultados obtidos revelaram que os adolescentes que passaram pelo fenómeno da institucionalização revelavam um sentimento bastante positivo relativamente a esse facto, caracterizando essa fase como a melhor fase das suas vidas, em grande parte devido ao estabelecimento de novos vínculos que se mantiveram após o abandono da institucionalização. Por outro lado Arpini (2003, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006) revela que estes adolescentes foram vítimas de um estigma social, uma vez que são vistos pela sociedade como responsáveis ou detentores de algum tipo de problema.

Com base nesta informação, e porque a auto-estima e os constructos auto-conceito e auto-eficácia estão relacionados, criou-se a hipótese H3 “Prevê-se que as crianças/jovens que se encontrem institucionalizados por eventos traumáticos na família como vítima de maus tratos ou negligência, apresentem um auto-conceito (H3a) / auto-eficácia (H3b) inferior quando comparado com os jovens que foram institucionalizados por outro motivo”. Os resultados obtidos revelaram que apenas o motivo de institucionalização “absentismo escolar” apresentou diferenças estatisticamente significativas em relação ao auto-conceito, não se verificando qualquer tipo de diferenças estatisticamente significativas relativamente à auto-eficácia.

Estes resultados revelam que na amostra em estudo, os menores institucionalizados devido ao “absentismo escolar” percebem-se como tendo um auto-conceito inferior, em comparação com os restantes jovens que se encontram institucionalizados por outros motivos. Pode-se ainda realçar que relativamente aos diferentes factores que constituem cada instrumento de avaliação, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas nos factores “aspecto comportamental” e

“estatuto intelectual” (auto-conceito) com o motivo de institucionalização “absentismo escolar”, o que indica que as crianças e jovens que se encontram institucionalizadas devido ao absentismo escolar evidenciam uma percepção de comportamento e de estatuto intelectual inferiores quando comparadas com os restantes menores que se encontram instituição de acolhimento. Verifica-se a mesma situação relativamente ao factor “aspecto comportamental” com o motivo de institucionalização “a progenitora não reúne as condições necessárias”.

Relativamente à auto-eficácia, apenas o factor “eficácia perante a adversidade” revela diferenças estatisticamente significativas no motivo “transferência de outra instituição” o que indica que os menores transferidos de outra instituição apresentam uma persistência inferior perante situações adversas em comparação com os jovens que se encontram institucionalizados por outros motivos. Estes dados contrariam as hipóteses criadas, revelando que não existe qualquer tipo de diferença entre os jovens que se encontram institucionalizados por eventos traumáticos na família e aqueles que estão institucionalizados por outros motivos. Desta forma as hipóteses formuladas são rejeitadas.

No que diz respeito ao tempo de institucionalização ao qual um menor está sujeito e relação com o nível de auto-conceito e de auto-eficácia percebidos por esse mesmo menor (objectivo 4), de acordo com o estudo realizado por Pasion e Jacquemin (1999) que pretendia determinar o nível de auto-conceito e imagem corporal em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas com recurso a desenhos de auto-imagem e com recurso ao sistema avaliativo de KOPPITZ (1966, cit. in Pasion & Jacquemin 1999), ao contrário da faixa etária dos menores, o tempo de institucionalização de cada um revelou-se muito importante na qualidade dos desenhos obtidos, sendo evidente uma diminuição geral de sinais de transtorno afectivo com o aumento de tempo de institucionalização, provavelmente devido a uma influência positiva de novos estímulos e actividades desenvolvidas na instituição (Pasion & Jacquemin, 1999).

Por exemplo, os menores que provêm de um ambiente familiar empobrecido e sem recursos económicos, encontram no ambiente institucional alimentação e higiene garantidas, assim como actividades de estudo, de trabalho e lazer, e uma atenção por

parte dos educadores presentes na instituição, que apesar de não se comparar a uma ligação afectiva num ambiente familiar equilibrado, pode proporcionar ligações mais fortes do que num ambiente familiar desintegrado (Pasion & Jacquemin, 1999).

Seguindo esta linha de pensamento, no caso dos menores que se encontram institucionalizados devido a maus tratos ou ausência de condições básicas como alimentação e higiene, os sinais de transtorno afectivo devem diminuir com o passar do tempo de institucionalização devido a uma maior diversidade de experiências de vida proporcionadas, em comparação com o ambiente familiar de onde os menores provêm (Pasion & Jacquemin, 1999).

Outros autores referem que um tempo de institucionalização prolongado pode afectar a sociabilidade e a manutenção de vínculos afectivos na idade de adulta (Siqueira & Dell’Aglío, 2006), uma vez que o ambiente institucional não proporciona um bom ambiente de desenvolvimento aos menores devido às fragilidades (fracas redes de apoio social e afectivo, falta de actividades...) que se podem presenciar neste tipo de instituições (Carvalho, 2002, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Pelo contrário, outros autores realçam que em situações adversas na família, a instituição pode ser a melhor saída para os menores (Dell’Aglío, 2000, cit. in Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Relativamente às hipóteses H4a e H4b, onde se espera que o nível do auto-conceito e da auto-eficácia aumente quanto maior for o tempo de institucionalização que o menor detém, verifica-se uma correlação directa, positiva e moderada com o tempo de institucionalização em ambos os constructos, o que vai de encontro às hipóteses formuladas. Deste modo as hipóteses H4a e H4b são confirmadas, indicando que quanto maior for a duração da institucionalização, mais elevado será o sentido de auto-conceito e de auto-eficácia apresentado pelos menores. Estes resultados vão também de encontro à literatura existente sobre o tema. É importante realçar que não se pode confundir a duração do tempo de institucionalização com a idade dos menores, e como já se referiu anteriormente, é possível verificar casos em que os menores com a mesma idade apresentam resultados diferentes relativamente ao nível de auto-conceito e auto-eficácia, dependendo do tempo de institucionalização que apresentam.

No que diz respeito aos factores que constituem cada instrumento de avaliação, verificam-se diferenças estatisticamente significativas nos factores “Iniciação e Persistência” e “Eficácia Perante a Adversidade” (auto-eficácia), sugerindo que quanto maior o tempo de institucionalização, maior a vontade destes menores em iniciar e completar uma acção, assim como a capacidade de encarar qualquer obstáculo como um desafio a ser ultrapassado. Observam-se também diferenças significativas em todos os factores pertencentes ao auto-conceito, com a excepção do factor “satisfação-felicidade”. Estes dados revelam que os menores que se encontram há mais tempo institucionalizados apresentam uma percepção de um melhor comportamento, de não se sentirem tão ansiosos, consideram-se dentro dos padrões normais relativamente ao seu estatuto intelectual, e revelam um aumento no seu sentido de popularidade e também na sua auto-imagem relativamente à aparência física.

Devido à ausência de literatura relativamente à relação do nível do auto-conceito e da auto-eficácia com o facto de os menores institucionalizados terem ou não apoio psicológico, hipóteses H4c e H4d, apresentam-se apenas os resultados obtidos que revelam diferenças estatisticamente significativas entre ambos os constructos e a necessidade de apoio psicológico. Estes resultados, que vão de encontro às hipóteses formuladas, indicam que os menores que frequentam o psicólogo, revelam um nível inferior de auto-conceito e um nível inferior de auto-eficácia em comparação com as restantes crianças/jovens da instituição que não possuem qualquer tipo de apoio psicológico.

Uma possível explicação para estes resultados poderá derivar do facto de os menores que apresentam um nível inferior de auto-conceito e auto-eficácia, isto é, que acreditam muito pouco nas suas capacidades, habilidades e competências, revelarem uma maior necessidade de ligação com figuras de referência estáveis e em quem possam confiar, neste caso, o psicólogo da instituição onde se encontram inseridos. Através do contacto regular com o psicólogo e a orientação do mesmo, estas crianças poderão sentir-se mais confiantes e crentes nas suas capacidades, podendo desenvolver e melhorar o seu desempenho académico e também preparar-se adequadamente para a futura ingressão na sociedade. Outra possível explicação será o facto de os menores institucionalizados estabelecerem ou não contacto regular com a família de origem ou de acolhimento. No caso da instituição onde se procedeu à aplicação dos questionários,

verificam-se situações em que os menores mantêm contacto constante com a sua família biológica ou de acolhimento, e passam os fins-de-semana e férias com os mesmos tendo a hipótese de sair do ambiente institucional; e verificam-se também situações em que os menores não têm contacto com familiares durante um período prolongado de tempo. Nestas situações, a única figura de referência na vida destas crianças é o psicólogo da instituição onde se encontram inseridos.

Sintetizando as ideias apresentadas, os menores institucionalizados que constituem a amostra deste estudo revelam, apesar da separação familiar a que foram sujeitos, e em algumas situações, a exposição a situações violentas das quais foram vítimas como por exemplo maus tratos físicos, um nível de auto-conceito e auto-eficácia dentro dos valores considerados normais. É importante evidenciar que tanto a idade como o tempo de institucionalização revelaram diferenças estatisticamente significativas em ambos os constructos, o que pode explicar os níveis de auto-conceito e auto-eficácia evidenciados por estes menores. Demonstrou-se também que os constructos apresentam uma correlação directa entre si, revelando que se os menores constituintes da amostra em estudo apresentarem elevados níveis de auto-conceito o mesmo se irá verificar relativamente à auto-eficácia, e se por outro lado os níveis de auto-conceito forem inferiores, o mesmo resultado se observa nos níveis de auto-eficácia. Pode-se ainda realçar o facto de não se terem encontrado diferenças estatisticamente significativas com os diferentes motivos que levaram à institucionalização dos menores, para além do motivo “absentismo escolar”; e por fim o facto de os menores que frequentam regularmente o psicólogo evidenciarem níveis inferiores de auto-conceito e auto-eficácia em comparação com os menores que não possuem qualquer tipo de apoio psicológico, seja na instituição ou fora desta.

## **Capítulo VI: Reflexão Final**

O presente estudo procurou determinar o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia nas crianças e jovens que se encontram institucionalizados numa Instituição de acolhimento para menores, assim como uma possível relação entre ambos os constructos, e a influência que certas variáveis podem apresentar sobre estes, nomeadamente a idade dos menores, o tempo de institucionalização, o facto de possuírem ou não apoio psicológico e o motivo que levou à sua institucionalização.

É importante realçar que os resultados obtidos não permitem qualquer tipo de generalização, em grande parte devido ao número reduzido de elementos que constituem a amostra e também ao facto de os questionários terem sido apenas aplicados num único local, sendo desta forma apenas utilizados como um ponto de referência para melhor se compreender o impacto do ambiente institucional no desenvolvimento afectivo das crianças e jovens que vivem esse fenómeno.

Os resultados obtidos demonstram que as crianças e jovens institucionalizadas revelam, na generalidade, uma percepção positiva relativamente ao auto-conceito e auto-eficácia, constructos que revelaram uma correlação directa e positiva entre eles. Na grande maioria da literatura existente sobre o tema, é feita referência a uma alteração a nível emocional destas crianças, o que pode provocar uma diminuição destes constructos em comparação com crianças não institucionalizadas. Porém neste estudo não se realizou essa comparação, e é por isso importante realçar o facto de que os menores presentes na amostra utilizada, apresentam de acordo com os resultados obtidos, uma boa percepção da sua competência pessoal.

No que diz respeito às variáveis consideradas, são visíveis influências no nível dos constructos em estudo relativamente à idade de cada indivíduo, facto que contraria alguns estudos, como o apresentado por Pasion & Jacquemin (1999), onde é referido que não existia nenhum tipo de correlação entre os factores emocionais e a idade dos menores institucionalizados. Neste estudo os resultados demonstram que o nível de ambos os constructos aumenta de acordo com o aumento da idade do indivíduo. Observam-se também influências relativamente ao tempo de institucionalização, o que

vai de encontro aos resultados obtidos por Pasion & Jacquemin (1999), que demonstraram que quanto mais prolongado o período de institucionalização que o menor apresenta, menor são os sinais de perturbação emocional apresentados pelo mesmo.

Na correlação entre o nível de auto-conceito e o nível de auto-eficácia com o motivo de institucionalização, apenas se verificou uma correlação positiva entre o nível de auto-conceito com o motivo “absentismo escolar”, não se verificando qualquer tipo de diferenças estatisticamente significativas relativamente à auto-eficácia. Estes resultados divergem de outros presentes na literatura sobre o tema, que referem que motivos considerados traumáticos como por exemplo o abandono, o falecimento dos progenitores ou negligência revelam uma maior tendência para apresentar uma menor capacidade de interação com outras pessoas e originar uma baixa auto-estima e consequentemente uma fraca percepção sobre eles próprios, em comparação com os menores que se encontram institucionalizados por outros motivos como pobreza extrema ou risco social (Winnicott, 1996, cit. in Velarde e Martinez, 2008).

Uma variável importante a ser abordada em futuros estudos referentes a este tema, seria o facto dos menores concordarem/perceberem ou não os motivos que os levou à institucionalização. Deste modo seria possível perceber se os menores consideram, e indo de encontro ao estudo realizado, por exemplo, o absentismo escolar como um motivo suficiente ou não para justificar um castigo tão elevado como a institucionalização, o que poderia leva-los a um sentimento de injustiça e revolta, e desta forma provocar uma adaptação muito difícil a este tipo de ambiente, afectando assim o seu desenvolvimento social e afectivo, e consequentemente as percepções das suas competências pessoais.

Relativamente à variável “apoio psicológico”, observam-se diferenças estatisticamente significativas em ambos os constructos, onde os menores que frequentam o psicólogo apresentam um nível inferior de auto-conceito e de auto-eficácia, em comparação com os menores que não possuem qualquer tipo de apoio psicológico. Estes dados podem revelar a importância que um psicólogo tem nestas instituições para um desenvolvimento e crescimento saudável destes menores. Desta forma seria importante, nestas instituições, dar um maior relevo ao lado afectivo e

emocional dos menores, proporcionando-lhes um apoio psicológico constante e eficaz para que deste modo desenvolvam uma personalidade forte e se consigam integrar da melhor possível na sociedade, a partir do momento que saem da instituição.~

No geral os resultados obtidos podem indicar que as instituições estão a desempenhar um melhor papel na construção da personalidade dos menores ao seu encargo, conseguindo de alguma forma, atenuar a separação entre estes e o seu ambiente familiar. Para tal é indispensável providenciar os cuidados básicos necessários aos menores institucionalizados, e também a construção e manutenção de relações afectivas desenvolvidas entre os menores e as equipas técnicas presentes na instituição.

## Referências Bibliográficas

- Amaral, J.C. (1993). *Auto-eficácia, auto-regulação e desempenho na realização de tarefas cognitivas*. Tese de Mestrado em Psicologia Educacional apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada. [on line]. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/302/1/DM%20AMAR-J1.pdf> [Consultado em 16/12/2010].
- Arteaga, A.B., & Del Valle, J.F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13 (2), pp. 197-204.
- Azevedo, A.S., & Faria, L. (2006). Motivação, sucesso e transição para o ensino superior. *Psicologia*, 20 (2), pp. 69-93.
- Bandura, A. (1994). Self - efficacy. *Ramachaudran (Ed.), Encyclopedia of human behavior* (4). pp. 71-81.
- Bandura, A., & Locke, E.A. (2003). Negative Self-Efficacy and Goal Effects Revisited. *Journal of Applied Psychology*, 88 (1), pp. 87-99.
- Boruchovitch, E., & Bzuneck, J.A. (2004). As crenças de Auto-Eficácia e o seu papel na motivação do aluno. *A Motivação do Aluno: Contribuições da Psicologia Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes; pp. 116-133.
- Carapeta, C., Ramires, A.C., & Viana, M.F. (2001). Auto-conceito e participação desportiva. *Análise Psicológica*, 1 (XIX), pp. 51-58.
- Chen, G., Gully, S.M., & Eden, D. (2001). Validation of a New General Self-Efficacy Scale. *Organizational Research Methods*, 4 (1), pp. 62-83.
- Clemente, I.F. (2008). *Auto-conceito e problemas de comportamento em crianças com dificuldades de aprendizagem*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa [on line]. Disponível em

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3079/1/ulfp037652\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3079/1/ulfp037652_tm.pdf) [Consultado em 18/12/2010].

- Coimbra, S.M.G. (2000). *Estudo Diferencial da Auto-eficácia em alunos do 9º ano*. Dissertação em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. [on line]. Disponível em [http://sigarra.up.pt/fpceup/publs\\_pesquisa.FormView?P\\_ID=19641](http://sigarra.up.pt/fpceup/publs_pesquisa.FormView?P_ID=19641) [consultado em 20/032011].
- Costa, P.C.G. (2002). Escala de auto-conceito no trabalho: construção e validação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), pp. 75-81.
- Cruvinel, M., & Boruchovitch, E. (2009). Auto-conceito e crenças de auto-eficácia de crianças com e sem sintomatologia depressiva. *Interamerican Journal of Psychology - 2009*, 43 (3), pp. 586-593.
- Emídio, R., Santos, A.J., Maia, J., Monteiro, L., Veríssimo, M. (2008). Auto-conceito e aceitação pelos pares no final do período pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3 (26), pp. 491-499.
- Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, 4 (XXIII), pp. 361-371.
- Faria, L. & Azevedo, A.S. (2004). Manifestações diferenciais do autoconceito no fim do ensino secundário português. *Paidéia*. 14 (29), pp. 265-276.
- Faria, L., & Fontaine, A.M. (1990). Avaliação do conceito de si próprio de adolescentes: adaptação do SDQ I de Marsh à população portuguesa. *Cadernos de consulta psicológica*, 6, pp. 97-105.
- Fox, K.R., & Corbin, C.B. (1989). The Physical Self-Perception Profile: Development and Preliminary Validation. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 11, pp. 408-430.

- Gouveia, V.V., Singelis, T.M., & Coelho, J.A.P.M. (2002). Escala de auto-imagem: comprovação da sua estrutura factorial. *Avaliação Psicológica*, 1, pp. 49-59.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2011). Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2010. *Art.º 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto*. [on line]. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf> [Consultado em 14/12/2010].
- Manjarrez, A.E. & Nava, P.B. (2002). *Autoconceito e autoestima em crianças maltratadas e crianças de famílias intactas*. [on line]. Disponível em [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0104&area=d4&subarea=d4A](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0104&area=d4&subarea=d4A) [consultado em 05/01/2012].
- Manso, A.R.B. (2010). *Auto-conceito e Estilos Cognitivos em Alunos do 7º Ano de Escolaridade do Grande Porto*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Universidade Fernando Pessoa. [on line]. Disponível em [https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1451/3/dm\\_anamanso.pdf](https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1451/3/dm_anamanso.pdf) [Consultado em 14/03/2011].
- Marsh, H.W., & Martin, A.J. (2011). Academic Self-concept and academic achievement: relations and causal ordering. *British Journal of Educational Psychology*, 81, pp. 59-77.
- Martinelli, S.C., & Sassi, A.G. (2010). Relações entre auto-eficácia e motivação académica. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2010, 30 (43), pp. 780-791.
- Martins, D.R. (2005). *Auto-Conceito de crianças expostas à violência interparental*. Monografia de Psicologia Clínica apresentada à Universidade Fernando Pessoa. [on line]. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/801/3/mono.pdf> [Consultado em 14/12/2010].
- Martins, P.C.M. (2005). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: as respostas institucionais. *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária:*

*Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?* Fundação Calouste Gulbenkian. [on line] Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servi%25C3%25A7os%20de%20Protec%25C3%25A7%25C3%25A3o%20%25C3%25A0s%20Crian%25C3%25A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf> [consultado em 20/12/2011].

Medeiros, P.C., Loureiro, S.R., Linhares, M.B.M. & Marturano, E.M. (2000). A auto-eficácia e os aspectos comportamentais de crianças com dificuldade de aprendizagem. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13 (3), pp. 327-336.

Mosquera, J.J.M., & Stobaus, C.D. (2006). Auto-imagem, auto-estima e auto-realização: qualidade de vida na universidade. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7 (1), pp. 83-88.

Neves, S. P., & Faria, L. (2009). Auto-conceito e auto-eficácia: semelhanças, diferenças, inter-relação e influência no rendimento escolar. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa*. 06 (2009) pp. 206-218.

Nunes, M.A.C. (2010). *Auto-conceito e suporte social em adolescentes em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa [on line]. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2791> [Consultado em 12/01/2011].

Oliveira, J.E.B. (2008). *A auto-eficácia como capital de identidade na transição para a idade adulta*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. [on line]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt> [Consultado em 13/01/2011].

Oliveira, A.M.C. (2010). *O virar da seta: factores positivos em vidas de jovens em risco*. Lisboa: Universidade Católica Editora

Pasion, S. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia (Ribeirão Preto) 1999*, vol.9, n.17, pp. 50-60.

Peixoto, F.J.B. (2003). *Auto-estima, auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia apresentada à Universidade do Minho [on line]. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/48> [Consultado em 20/03/2011].

Purkey, W.W. & Stanley, P.H. (2001). *The Self in Psychotherapy*. [on line] Disponível em <http://iaie.webs.com/ie/PDFs/The%20Self%20in%20Psychotherapy.pdf> [consultado em 07/01/2012].

Ribeiro, J.L.P. (1995). Adaptação de uma escala de avaliação da auto-eficácia geral. [on line]. Disponível em <http://www.fpce.up.pt/docentes/paisribeiro/testes/EFICACIA.htm>. Consultado em [11/12/2011].

Ribeiro, J.L.P. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.

Shavelson, R.J. & Bolus, R. (1981). Self-concept: the interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74 (1), pp. 3-17.

Silva, B.C.L. (2009). *O auto-conceito de crianças e pré-adolescentes com e sem história de maus-tratos numa amostra de 90 participantes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação e Intervenção Comunitária apresentada à Universidade Fernando Pessoa. [on line]. Disponível em [https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1396/3/dm\\_barbarasilva.pdf](https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1396/3/dm_barbarasilva.pdf) [Consultado em 16/02/2011].

Sim-Sim, M., & Lima, M.L.P. (2004). O auto-conceito sexual. *Psychologica*, 35, pp. 211-232.

- Siqueira, A.C., Betts, M.K., & Dell'Aglio, D.D. (2006). A rede de apoio social e afectivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista interamericana de Psicologia*, 40 (2), pp. 149-158.
- Siqueira, A.C. & Dell' Aglio, D.D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade; Vol. 18, nº 1; jan/abr. 2006.* pp. 71-80.
- Veiga, F.H. (2006). Uma nova versão da escala de autoconceito Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS-2). *Psicologia e Educação; Vol. 5, nº 1, Jun. 2006.* pp. 39-48.
- Velarde, M., & Martínez, P. (2008). Perspectiva temporal futura em adolescentes institucionalizados. *Revista de Psicologia, 2008, XXVI*, pp. 256-276.

**Anexo A**

Nº \_\_\_\_\_

**Questionário Sócio – Demográfico**

1. Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011

2. Idade \_\_\_\_\_ Anos

3. Ano de Escolaridade que frequenta \_\_\_\_\_ ano lectivo

Ensino Regular

Ensino Alternativo

Curso: \_\_\_\_\_

4. Data da Institucionalização \_\_\_\_\_

5. Motivo da Institucionalização \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Apoio Psicológico

Sim

Não

**Anexo B: Escala de auto-conceito**

*(Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2) – Adaptada à população portuguesa por Feliciano H. Veiga, 2006.*

**Instruções**

Encontra-se no questionário que se segue um conjunto de afirmações que descreve aquilo que algumas pessoas sentem em relação a si próprias. Lê cada uma dessas afirmações e vê se ela descreve ou não o que tu achas de ti próprio. Se for verdadeiro ou verdadeiro em grande parte põe um círculo em volta da palavra "Sim", que está a seguir à frase. Se for falso ou falso em grande parte põe um círculo em volta da palavra "Não". Responde a todas as perguntas, mesmo que em relação a algumas, seja difícil de decidir.

Não assinales "Sim" e "Não" na mesma frase.

Lembra-te de que não há respostas certas ou erradas. Só tu nos podes dizer o que é que achas de ti mesmo(a), por isso esperamos que respondas de acordo com o que realmente sentes.

1	Os meus colegas de turma troçam de mim	SIM	NÃO
2	Sou uma pessoa feliz.	SIM	NÃO
3	Tenho dificuldades em fazer amizades.	SIM	NÃO
4	Estou triste muitas vezes.	SIM	NÃO
5	Sou uma pessoa esperta.	SIM	NÃO
6	Sou uma pessoa tímida.	SIM	NÃO
7	Fico nervoso(a) quando o Professor me faz perguntas.	SIM	NÃO
8	A minha aparência física desagrada-me.	SIM	NÃO
9	Sou um chefe nas brincadeiras e no desporto.	SIM	NÃO
10	Fico preocupado(a) quando temos testes na escola.	SIM	NÃO
11	Sou impopular.	SIM	NÃO
12	Porto-me bem na escola.	SIM	NÃO
13	Quando qualquer coisa corre mal, a culpa é geralmente minha.	SIM	NÃO
14	Crio problemas à minha família.	SIM	NÃO
15	Sou forte.	SIM	NÃO
16	Sou um membro importante da minha família.	SIM	NÃO
17	Desisto facilmente	SIM	NÃO
18	Faço bem os meus trabalhos escolares.	SIM	NÃO
19	Faço muitas coisas más.	SIM	NÃO
20	Porto-me mal em casa.	SIM	NÃO
21	Sou lento(a) a terminar, trabalhos escolares.	SIM	NÃO
22	Sou um membro importante da minha turma.	SIM	NÃO
23	Sou nervoso(a).	SIM	NÃO
24	Sou capaz de dar uma boa impressão perante a turma.	SIM	NÃO

25	Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisas.	SIM	NÃO
26	Os meus amigos gostam das minhas ideias.	SIM	NÃO
27	Meto-me frequentemente em sarilhos.	SIM	NÃO
28	Tenho sorte.	SIM	NÃO
29	Preocupo-me muito.	SIM	NÃO
30	Os meus pais esperam demasiado de mim.	SIM	NÃO
31	Gosto de ser como sou.	SIM	NÃO
32	Sinto-me posto de parte.	SIM	NÃO
33	Tenho o cabelo bonito.	SIM	NÃO
34	Na escola, ofereço-me várias vezes como voluntário(a).	SIM	NÃO
35	Gostava de ser diferente daquilo que sou.	SIM	NÃO
36	Odeio a escola.	SIM	NÃO
37	Sou dos últimos a ser escolhido(a) para jogos e desportos.	SIM	NÃO
38	Muitas vezes sou antipático(a) com as outras pessoas.	SIM	NÃO
39	Os meus colegas da escola acham que tenho boas ideias	SIM	NÃO
40	Sou infeliz.	SIM	NÃO
41	Tenho muitos amigos.	SIM	NÃO
42	Sou alegre.	SIM	NÃO
43	Sou estúpido(a) em relação a muitas coisas.	SIM	NÃO
44	Sou bonito(a). (Tenho bom aspecto)	SIM	NÃO
45	Meto-me em muitas brigas.	SIM	NÃO
46	Sou popular entre os rapazes.	SIM	NÃO
47	As pessoas pegam comigo.	SIM	NÃO
48	A minha família está desapontada comigo.	SIM	NÃO
49	Tenho uma cara agradável.	SIM	NÃO
50	Quando for maior, vou ser uma pessoa importante.	SIM	NÃO
51	Nas brincadeiras e nos desportos, observo em vez de, participar.	SIM	NÃO
52	Esqueço o que aprendo.	SIM	NÃO
53	Dou-me bem com os outros.	SIM	NÃO
54	Sou popular entre as raparigas.	SIM	NÃO
55	(gosto de ler) Sou bom leitor	SIM	NÃO
56	Tenho medo muitas vezes.	SIM	NÃO
57	Sou diferente das outras pessoas.	SIM	NÃO
58	Penso em coisas más.	SIM	NÃO
59	Choro facilmente.	SIM	NÃO
60	Sou uma boa pessoa.	SIM	NÃO

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO**

## **Anexo C**

### **Escala de Auto-Eficácia Geral**

*Adaptada à população portuguesa por José Luís Pais Ribeiro, 1995*

#### **COMO EU SOU**

#### **Instruções**

Vais encontrar a seguir um conjunto de informações acerca da maneira como pensas sobre ti próprio. À frente de cada afirmação encontras sete letras (de A a G). Se assinalares a letra A significa que discordas totalmente da afirmação e que esta não corresponde ao que pensas sobre ti próprio. Se assinalares a letra G significa que a afirmação corresponde totalmente ao que pensas sobre ti mesmo. Entre estas duas letras podes ainda escolher uma de 5 letras consoante estiver mais ou menos em desacordo com a tua maneira de pensar.

Assinala uma das letras.

Não há respostas certas ou erradas.

Apenas tens que indicar a resposta que expresse melhor a tua maneira de pensar.

**A** – Discordo Totalmente

**D** – Não concordo nem discordo

**G** – Concordo Totalmente

**B** – Discordo Bastante

**E** – Concordo um pouco

**C** – Discordo um pouco

**F** – Concordo Bastante

<b>A</b> – Discordo Totalmente	<b>D</b> – Não concordo nem discordo	<b>G</b> – Concordo Totalmente
<b>B</b> – Discordo Bastante	<b>E</b> – Concordo um pouco	
<b>C</b> – Discordo um pouco	<b>F</b> – Concordo Bastante	

**A B C D E F G**

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
<b>1- Quando faço planos tenho a certeza que sou capaz de realizá-los</b>							
<b>2- Quando não consigo fazer uma coisa à primeira insisto e continuo a tentar até conseguir</b>							
<b>3- Tenho dificuldade em fazer novos amigos</b>							
<b>4- Se uma coisa me parece muito complicada, não tento sequer realizá-la</b>							
<b>5- Quando estabeleço objectivos que são importantes para mim, raramente os consigo alcançar</b>							
<b>6- Sou uma pessoa auto-confiante</b>							
<b>7- Não me sinto capaz de enfrentar muitos dos problemas que se me deparam na vida</b>							
<b>8- Normalmente desisto das coisas antes de as ter acabado</b>							
<b>9- Quando estou a tentar aprender alguma coisa nova, se não obtenho logo sucesso, desisto facilmente</b>							
<b>10- Se encontro alguém interessante com quem tenho dificuldade em estabelecer amizade, rapidamente desisto de tentar fazer amizade com essa pessoa</b>							
<b>11- Quando estou a tentar tornar-me amigo de alguém que não se mostra interessado, não desisto logo de tentar</b>							
<b>12- Desisto facilmente das coisas</b>							
<b>13- As amizades que tenho foram conseguidas através da minha capacidade pessoal para fazer amigos</b>							
<b>14- Sinto insegurança acerca da minha capacidade para fazer coisas</b>							
<b>15- Um dos meus problemas, é que não consigo fazer as coisas como devia</b>							

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO**